



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

- 1 - Destak, 18-06-2009, Sócrates diz-se satisfeito como seu desempenho
- 2 - Primeiro de Janeiro (O), 18-06-2009, Concentração da banca em Portugal
- 3 - Crime (O), 18-06-2009, Ignorâncias
- 4 - Record, 18-06-2009, Sócrates admite desgaste político
- 5 - Meia Hora, 18-06-2009, Sócrates quer nova maioria absoluta
- 6 - Diário Económico, 18-06-2009, Investimento em fase de recuperação
- 7 - 24 Horas, 18-06-2009, Ministro fecha audições
- 8 - Correio da Manhã, 18-06-2009, Fisco nega dados de contas de Assir
- 9 - Correio da Manhã, 18-06-2009, "Estou satisfeito comigo próprio"
- 10 - 24 Horas, 18-06-2009, Boa notícia, mas fraco consolo
- 11 - Sábado, 18-06-2009, Faroeste de fato e gravata
- 12 - Sábado, 18-06-2009, Relatório minoritário
- 13 - Visão, 18-06-2009, O economista tranquilo
- 14 - Sábado, 18-06-2009, Mundos e fundos
- 15 - Visão, 18-06-2009, O sr. governador e o sr. deputado
- 16 - Sábado, 18-06-2009, Vou sentir falta dos fatos Maconde
- 17 - Diário Económico, 18-06-2009, Banca nacional deve regressar às fusões para reagir à crise
- 18 - Sábado, 18-06-2009, A lagartixa e o jacaré
- 19 - Correio da Manhã, 18-06-2009, 10 milhões em offshores
- 20 - Diário Económico, 18-06-2009, Finanças prometem uma solução para o BPN e BPP até ao fim do mês
- 21 - Público, 18-06-2009, José Sócrates foi igual a si mesmo e censurou a moção avançada pelo PP
- 22 - Diário Económico, 18-06-2009, Banco de Portugal e Governo querem fusões na banca
- 23 - Jornal de Notícias, 18-06-2009, José Sócrates faz mea culpa pós-eleitoral
- 24 - Diário de Notícias, 18-06-2009, Todos querem fusões na banca
- 25 - Jornal de Negócios, 18-06-2009, "Sem maioria absoluta, os políticos terão de ter bom senso" - Entrevista a Ricardo Salgado
- 26 - Diário de Notícias, 18-06-2009, MP investiga 15 milhões em 'offshores' ligadas a Valentim



ENTREVISTA

Sócrates diz-se satisfeito com o seu desempenho

Pouco mais de uma semana depois da derrota do PS nas eleições europeias, das quais o rival PSD saiu vencedor, o primeiro-ministro reforçou, numa entrevista à SIC, que o resultado eleitoral não refreou o empenho do seu partido, prometendo manter o rumo já traçado para o País.

José Sócrates considerou ainda que o executivo não perdeu legitimidade mesmo com a derrota, confirmando o empenho em conquistar o voto dos portugueses nas autárquicas e legislativas que se seguem, apelando à conquista da maioria parlamentar.

Houve ainda tempo para falar no caso do Banco Portu-



guês de Negócios (BPN), com José Sócrates a garantir que hoje voltava a nacionalizar aquela instituição bancária, uma vez que, se não o tivesse feito, «os portugueses teriam

perdido a confiança no sistema bancário».

Numa espécie de retrospectiva do seu mandato, Sócrates defendeu que todos os sacrifícios pedidos aos portugueses «valeram a pena», recordando os sectores alvo de reformas consideradas «indispensáveis», como a educação, feitas com o objectivo de «preparar o País para o futuro. Só veremos os frutos mais à frente».

Convidado a avaliar o seu papel como primeiro-ministro, disse estar «muito satisfeito», reforçando ser necessária «muita determinação para andar na vida pública».●



JOÃO CORTESÃO



MAIS DO MESMO

Sócrates volta a mostrar-se satisfeito com o desempenho e diz que sacrifícios pedidos aos cidadãos valeram a pena numa entrevista à SIC.

PÁGINA 33



FINANÇAS DEFENDEM

Concentração da banca em Portugal

O secretário de Estado do Tesouro e das Finanças defendeu ontem a necessidade de maior concentração no sector da banca em Portugal, considerando que existe **“excesso de capacidade”**.

Carlos Costa Pina, presente no encerramento do VII Fórum Banca e Mercado de Capitais, disse que a consolidação será uma das tendências depois da actual crise, uma ideia já defendida pelo Governador do Banco de Portugal, há duas semanas, na participação que teve também neste evento.

“Parece-me uma evidência”, disse Costa Pina, afirmando que **“há excesso de capacidade do nosso sistema bancário”**.

Carlos Costa Pina referiu-se ainda ao futuro do BPN e do BPP, afirmando que **“muito brevemente estarão clarificadas as evoluções dos dois bancos”**.

O secretário de Estado disse ainda que **“foi a crise financeira”** que fez **“emergir as situações graves”** que existiam nestes bancos e que foram **“atempadas e oportunas as intervenções do Estado”**.

Costa Pina considerou também que **“o sistema bancário português tem resistido com notável estabilidade”** e que os bancos já estão a financiar-se sem recurso ao aval do Estado e a preços inferiores aos de congéneres de países como Espanha, Itália, Reino Unido e outros.



Ignorâncias

O que ignora



"Ignorante", diz Constâncio do deputado popular (agora eurodeputado) Nuno Melo, que, no âmbito da comissão parlamentar de inquérito, lhe tem feito "perguntas difíceis" sobre o falhanço da supervisão bancária no BPN. Ignorante é o que desconhece, aquele que não sabe. Ora, a supervisão não funcionou, o governador não sabia "pevide" sobre as alegadas traluhices que se praticaram no BPN e chama ignorante ao outro?

O que desconhece

Diz Constâncio em sua defesa que nos Estados Unidos só 11% das fraudes a este nível são descobertas pela entidade supervisora. Como se a ineficácia alheia nos valesse de amparo espiritual. E bem vistas as coisas, se os americanos descobrem 11%, o BdP descobre quanto?

Cometi algum crime?

Qual é o acto ilegal ou indigno que eu cometi? A pergunta de Vítor Constâncio tem resposta: nenhum. De facto, nenhum tribunal o condenaria por falta de eficácia ou pela eventual displicência com que o BdP vigiou o BPN. Mas pode um governador que ganha mais de 25 mil euros mensais, tem direito a inqualificáveis mordomias e a uma reforma dourada, invocar em sua defesa que, como não cometeu nenhum crime, foi apenas ingénuo, tem direito a continuar confortavelmente no cadeirão, com o contribuinte a pagar pelas falhas da entidade que dirige? Já agora, esta dúvida tem alguma coisa de ilegal ou de indigno?





PRIMEIRO-MINISTRO ENTREVISTADO NA SIC

Sócrates admite desgaste político

■ No mesmo dia em que o CDS-PP apresentou uma moção de censura ao Governo – chumbado pelo PS e que recebeu os votos favoráveis do PSD e a abstenção do PCP, BE e Os Verdes –, o primeiro-ministro, José Sócrates, foi à SIC dar a primeira entrevista depois da derrota socialista nas europeias. O chefe do Executivo admitiu que o resultado eleitoral para o Parlamento Europeu deveu-se a um desgaste político, justificado por Sócrates com o facto de o Governo ter avançado com “muitas reformas em pouco tempo, o que gera tensões e

Muitas reformas em pouco tempo e crise económica são as principais razões

conflitos”. “Somou-se depois a crise económica e financeira, o que não permitiu que os resultados positivos dessas reformas aparecessem”, acrescentou.

O primeiro-ministro, de 52 anos, reconheceu ainda que o seu Governo cometeu “alguns erros”, tal como deixar instalar a ideia que o Executivo agia contra algumas classes profissionais.



Coligações? “Com o País”, afirma

Mais investimento público foi novamente defendido por José Sócrates, que salientou que a legitimidade do Governo “está intocável”.

Quanto aos casos BPN e BPP, o primeiro-ministro defendeu as diferentes posições do Governo pelo facto de no primeiro existir o risco sistémico e no BPP não.

Segundo Sócrates, o objetivo dos socialistas nas legislativas é “fazer coligação com o País” e, “muito satisfeito” consigo próprio, diz que “os portugueses sabem que a maioria do PS nunca abusou do poder”. □



Entrevista

Sócrates quer nova maioria absoluta

• O primeiro-ministro diz
• que tem o “objectivo” de voltar a governar em maioria absoluta, sem definir o que o fará se não o conseguir.

Ontem, em entrevista à SIC, José Sócrates - num tom menos crispado que em intervenções anteriores - defendeu que “fez muitas reformas em pouco tempo” o que gerou “tensões”, uma vez que foi um “erro” deixar instalar-se “a ideia de que agimos contra algumas classes profissionais”, o que levou a “um desgaste político” que ditou o resultado das Eleições Europeias.

Segundo Sócrates, “a crise económica e financeira” não permitiu “que os resultados destas reformas fossem visíveis” e a estratégia para a combater é “manter o investimento público”.

“Há partidos que querem pura e simplesmente parar o investimento público” mas o “adiamento do investimento público” prejudica o país, afirmou Sócrates.

“O futuro Governo será com novas responsabilidades”

O primeiro-ministro defendeu as decisões do Governo sobre o BPN e BPP com os diferentes momentos da conjuntura e também o governador do Banco de Portugal. “Se fosse o governador não me tinha demitido”, sustentou.

Legislativas. “Quanto ao futuro Governo não quero comprometer-me com nada. O futuro Governo será um novo Governo com novas responsabilidades”, afirmou Sócrates.

Sobre as Legislativas, diz que procurará dizer aos portugueses que tentou “acima de tudo preparar o País para o futuro” e acusa o PSD de ter “uma agenda escondida”, porque “defende a privatização parcial da Segurança Social”.

Magalhães Afonso

• Défice

Governo prevê que o défice em 2009 seja

5,9%

O número oficial de 2008 era 2,6%. Anteontem, o relatório do BdP situou-o em 4,7% do PIB



Política

Sócrates reentra em cena no Parlamento e na televisão Portugal. 4»

Investimento em fase de recuperação

O PRIMEIRO TRIMESTRE ainda foi pouco activo, mas começam a aparecer novos investidores no imobiliário.

Raquel Carvalho
raquel.carvalho@economico.pt

Ao longo do primeiro trimestre de 2009, o mercado de investimento imobiliário em Portugal apresentou-se praticamente inactivo. Ou seja, nada de novo, já que se manteve a tendência de 2008, ano em que se registaram níveis de investimento reduzidos.

Segundo o director de Capital Markets da Jones Lang LaSalle, Pedro Lancastre, neste período, o mercado nacional contabilizou a venda a investidores de "três imóveis na ordem dos 60 milhões de euros, face a duas operações de venda de 90 milhões no último trimestre de 2008", o que revela que as transacções registaram valores menores. A mesma tendência parece ter sido verificada no relatório trimestral realizado pela consultora CB Richard Ellis que concluiu também, ter-se verificado nos primeiros três meses do ano, uma subida das taxas de capitalização 'prime' em todos os segmentos imobiliários.

No entanto, e segundo Pedro Lancastre, "começa a haver bons indícios de recuperação em 2009, com alguns fundos imobiliários nacionais a voltarem a ter liquidez para investir e a procurar oportunidades". Contudo, o responsável alerta para a necessidade de um acerto maior nos preços, visto ainda se verificar "o desencontro entre os preços de quem vende e os preços dos poucos que querem comprar", garante. O director de Capital Markets da Jones Lang LaSalle acredita mesmo que 2009 "servirá para acertar essa diferença e que em 2010 o investimento comece a recuperar". Os tempos são por isso de mudança. Mas, por enquanto, os níveis de investimento ainda se encontram em baixo,

o que se explica, em parte, "pela significativa restrição ao financiamento bancário, bem como da escassez de liquidez da maior parte dos fundos de investimento nacionais e internacionais", conclui a CB Richard Ellis. Outro factor é o "ajuste mais rápido dos preços dos activos em mercados de investimento mais maduros", informa a consultora no seu relatório.

Segundo o documento, dentro do investimento imobiliário, os activos de retalho foram os que evidenciaram uma maior subida das taxas de capitalização 'prime' desde finais de 2008, com um acréscimo de 0,75% no final do período em análise.

O segmento de armazéns e logística evidenciou igualmente um acréscimo da taxa de capitalização prime em 0,75%, fixando-se nos 8,25% no fi-

nal dos primeiros três meses do ano. De facto, "tem-se notado nos últimos tempos uma redução da procura por parte dos investidores por estes activos imobiliários em detrimento de imóveis 'core' de investimento, como por exemplo edifícios de escritórios", refere a CB Richard Ellis no seu relatório.

No documento informa-se ainda que também o segmento de escritórios registou um acréscimo da 'prime yield', embora menor, atingindo os 0,5% e estabilizando nos 7,25% no final do primeiro trimestre de 2009. Um dos factores que levou a esta descida foi a perspectiva de diminuição dos níveis de absorção bruta prevista para 2009. No que se refere aos investidores, Pedro Lancastre afirma que alguns dos investidores tradicionais estão a voltar ao activo, "concentrados nos melhores imóveis, nas melhores localizações, com os melhores inquilinos e com os contratos mais longos e seguros". O responsável frisa já se terem fechado alguns negócios, estando

Nos primeiros três meses do ano contabilizaram-se 3 operações na ordem dos 60 milhões de euros, face a duas de 90 milhões no último trimestre de 2008.

na mira mais alguns até ao final do ano. Pedro Lancastre garante também estarem a surgir "novos investidores, privados e os chamados 'Family Office', que nunca investiram neste sector e que olham hoje para o imobiliário como um investimento seguro e com rentabilidades muito atractivas quando comparadas com os investimentos mais tradicionais".

O responsável acredita num futuro risonho mas avisa que uma parte do universo de investidores "está à espera de melhores tempos e de uma baixa de preços", tendo como prioridade "rentabilizar os imóveis, e agarrar os inquilinos com melhores condições de renda". ■

INVESTIMENTO

Os operadores estrangeiros concentraram 75% do total do capital investido em imobiliário em Portugal durante 2008. Os investidores do Médio Oriente representaram 30% dos investimentos, devido a uma operação no mercado hoteleiro, a compra do portfólio Meridien. O Reino Unido, com 13%, a Alemanha com 9% e a França com 8% são outros países que investem em Portugal.

1 2 3

Supermercados em alta

■ Talvez por ser uma das áreas mais imunes à crise, a maioria das transacções registadas nos últimos meses de 2008, bem como nos primeiros meses de 2009, foram de imóveis ligados ao sector alimentar. Pelo menos é o que garante Pedro Lancastre, director de Capital Markets da Jones Lang LaSalle. Os supermercados e os 'cash & carry' são os mais atractivos.

Quebra é generalizada

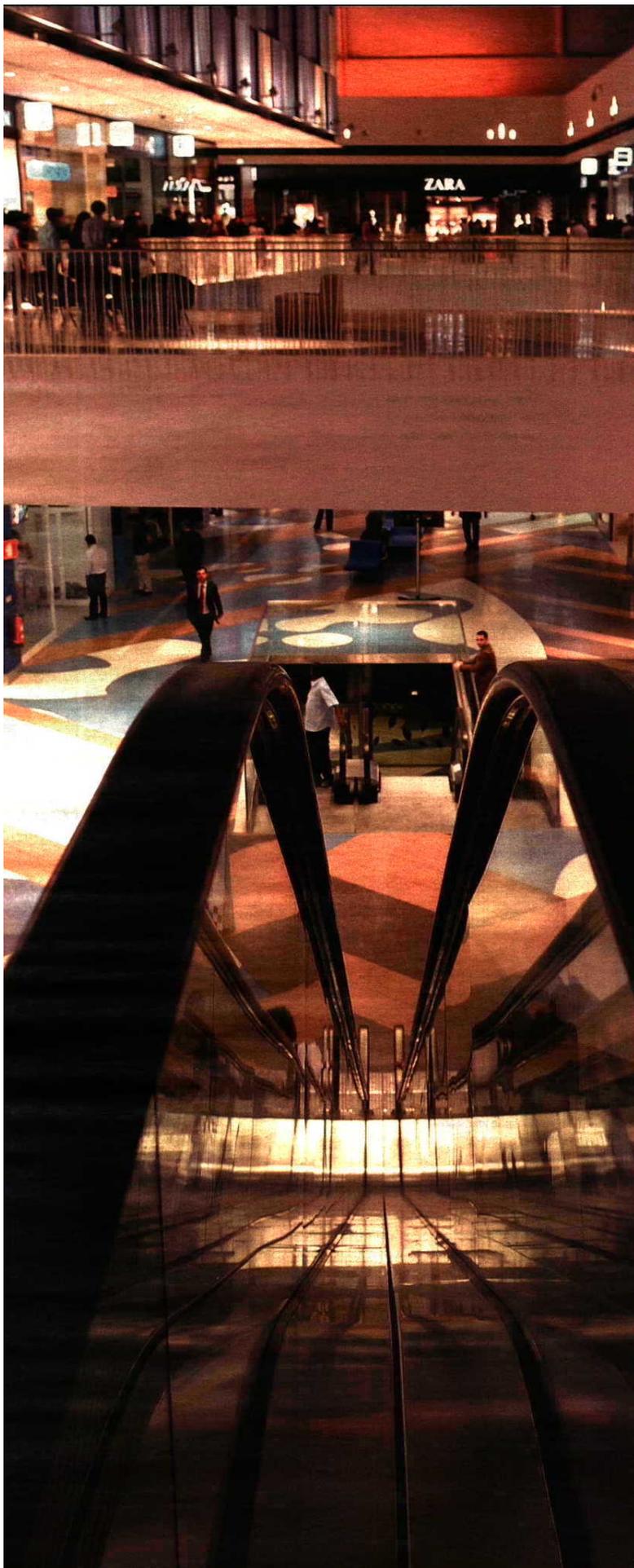
■ Em termos globais, ainda se verificam quebras em todos os sectores, seguindo-se a tendência já verificada em 2008, onde a descida se situou entre os 40% a 60%, face a 2007 e a 2006. A quebra mais elevada foi no hoteleiro, apresentando descidas de 62% face a 2007 e de 70% face a 2006. No mercado de retalho, os volumes transaccionados ascenderam, em 2008, a 12,4 mil milhões de euros, 56% abaixo do registado em 2007.

Retalho é o mais afectado

■ No ano passado, registou-se um total de investimento de aproximadamente 637 milhões de euros, o que representou uma redução de cerca de 46% em relação a 2007 e de 63% face a 2006, revela o relatório da Jones Lang LaSalle referente a este mercado. Esta queda foi especialmente acentuada no sector do retalho que viu o valor do investimento reduzir 3,5 vezes face a 2007.



Ainda que muito recentemente tenha aberto o maior 'shopping' a nível nacional e ibérico, o Dolce Vita Tejo (na foto), o facto é que os investidores estão a procurar menos o mercado de retalho.



Peter Mendel

Fundos imobiliários crescem

Maiores gestoras são Fundimo, ESAF e Interfundos.

Em Abril, o valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário subiu, seguindo a tendência já revelada em Março.

Segundo as estatísticas mensais publicadas pela Comissão de Mercado e Valores Mobiliários (CMVM) referentes a Abril, no quarto mês do ano a subida do valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário foi de 0,5%, atingindo os 9,3 mil milhões de euros. Já o valor gerido pelos fundos especiais de investimento imobiliário não sofreu alteração comparativamente ao que já tinha atingido no mês anterior. Em Março, estes fundos tinham totalizado 1,6 mil milhões de euros.

De salientar que o valor sob gestão já tinha subido em Março, uns ligeiros 0,2%, atingindo os 9,2 mil milhões de euros, face ao mês anterior.

Segundo a CMVM, continuam a ser os países membros da União Europeia os mais atractivos para os investimentos realizados em imóveis, tendo representado em Março e Abril 99,9% do investimento total feito por fundos nacionais.

Quanto às maiores sociedades gestoras, os três primeiros lugares são ocupados pela Fundimo,

O valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário tem registado uma tendência de crescimento.

do grupo CGD, pela Interfundos, e pela ESAF, do grupo BES. Em Abril, eram estas as sociedades gestoras que mais fundos de investimento imobiliário tinham sobre a sua alçada, representando respectivamente 12,8%, 10,7% e 9,5% de quota de mercado.

O fundo imobiliário com o valor sob gestão mais elevado em Abril, foi o Fundimo, com 772 milhões de euros. Já a ESAF geria no quarto mês do ano, fundos de investimento no valor de 747 milhões de euros. O terceiro maior fundo em valor sob gestão é o F Invest do BPN, que em Abril atingiu os 468 milhões de euros.

Se tivermos em conta o tipo de fundos de investimento imobiliário existentes, num total de 151 fundos geridos em Abril, 138 eram fechados e 13 abertos, representando 5,2 mil milhões de euros e 4 mil milhões de euros respectivamente, segundo revela a CMVM.

Aquele organismo informa ainda o facto de em Março terem sido constituídos dois novos fundos especiais de investimento imobiliário fechados (FEII): o Imoprojecto, gerido pela Selecta, e o R Invest, sob gestão da Interfundos.

Em Abril eram 84 os FEII sob gestão, sendo apenas um deles aberto.

Já o fundo de investimento fechado Capitaltur, gerido pela Fundimo, foi transformado em fundo especial de investimento imobiliário (FEII), tendo o seu nome sido alterado para fundo especial de investimento imobiliário fechado Capitaltur. ■ R.C.

DESTAQUE
QUEM É QUEM
NO
IMOBILIÁRIO

{DE}

■ **FUNDIMO**
Fundo de investimento imobiliário com maior valor sob gestão.

772

milhões de euros

■ **FII**
Valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário em Abril.

9,3
mil milhões de euros

Fernando Coelho,
presidente da ESAF





CONCLUSÕES DO INQUÉRITO AO BPN VÃO SER DISCUTIDAS NO DIA 3 DE JULHO

Ministro fecha audições

■ TEXTO ■ JOÃO CRISTÓVÃO BAPTISTA
 ■ joao.m.baptista@24horas.com.pt

O ministro das Finanças é a última pessoa a ser ouvida na comissão parlamentar de inquérito que está a analisar a situação que levou à nacionalização do Banco Português de Negócios.

A audição de Teixeira dos Santos está marcada para as 18h00 de hoje e, segundo apurou o *24horas*, servirá para os deputados questionarem o ministro das Finanças acerca dos motivos que levaram o Governo a optar pela nacionalização do

banco fundado por Oliveira e Costa. Aos deputados, o ministro das Finanças deverá ainda responder pelas alegadas falhas de supervisão do Banco de Portugal ao longo dos últimos anos no que diz respeito ao BPN e,



ANDRÉ KOSTERS/LUSA

em particular no que toca ao conhecimento que o supervisor tinha acerca da existência do Banco Insular de Cabo Verde.

Após esta última audição (foram ouvidas mais de três dezenas de pessoas desde Dezembro), a comissão de inquérito ao BPN terá 15 dias para redigir e aprovar um relatório com as conclusões, relatório este que ficará a cargo da deputada socialista Sónia Sanfona. O documento será depois discutido em sessão plenária, que está já agendada para o próximo dia 3 de Julho. ▽



CASO BPN ■ AUTORIDADES ESPANHOLAS PEDIRAM INFORMAÇÕES A PORTUGAL EM 2006

Fisco nega dados de contas de Assir

■ Sigilo bancário travou acesso a contas de firmas do empresário libanês no BPN. Espanha apurou que El Assir era o destinatário final de muitas verbas

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Ministério das Finanças não deu a Espanha, no início de 2007, devido ao sigilo bancário, dados sobre as contas bancárias de duas empresas do grupo Abdul El Assir, o empresário libanês amigo de Dias Loureiro, no BPN.

A informação sobre as contas da Gransoto e da Miraflores Dieciocho foram pedidas pelo Fisco espanhol em 2006, quase quatro anos após El Assir ter adquirido, através da La Granjilla, a Biometrics à SLN. A investigação espanhola apurou que "Abdul El Assir é o destinatário final da maior parte das transferências provenientes do exterior, a primeira do BPN e a segunda de origem desconhecida, somando as duas 5,57 milhões de euros", segundo documentos do processo.

A 15 de Setembro e a 28 de

vembro de 2006, a Oficina Nacional de Investigación del Fraude solicitou ao Ministério de Teixeira dos Santos, ao abrigo de um acordo entre os dois países para evitar a dupla tributação, informações sobre a actividade da Gransoto e da Miraflores Dieciocho em Portugal. Espanha já tinha apurado que estas firmas, mesmo não tendo activi-

dade, registaram operações bancárias "muito elevadas de 2000 a 2003, algumas das quais procedentes de Portugal, sendo o banco ordenante o BPN".

Por isso, pedia-se informações sobre: contas bancárias das empresas no BPN; os responsáveis; o detalhe dos movimentos de 2000 a 2003 e a justificação quando superiores a 60 mil euros; a descrição da actividade em Portugal, em especial em 2000/01/02/03; activos mobiliários, imobiliários e veículos. As respostas surgiram a 24 de

SAIBA MAIS

● **SEDE DAS EMPRESAS**
A Gransoto SL está sediada em Madrid. Já a Miraflores Dieciocho tem domicílio na Cidade do Panamá.

● **2,54**
milhões de euros é verba do BPN de que El Assir terá beneficiado, segundo Espanha, por via da Miraflores Dieciocho.

● **2,9**
milhões de euros é o montante que El Assir terá recebido, segundo Espanha, de origem desconhecida.

● **EMPRESÁRIO LIBANÊS**
Abdul El Assir é natural do Líbano. As autoridades espanholas emitiram um mandado de captura.

Janeiro e 14 de Fevereiro de 2007 e eram iguais: "De acordo com as regras do sigilo bancário existentes no nosso país, não temos acesso à informação solicitada, pelo que não é possível fornecer elementos sobre as contas bancárias", argumentou o Ministério das Finanças.

Gransoto e Dieciocho estavam registadas na base de dados do Fisco como residentes no estrangeiro e tinham números de contribuinte sem actividade. E esse "é um número de contribuinte especial atribuído a sujeitos passivos não-residentes sujeitos a retenções na fonte, tendo sido requerido pelo BPN".

Já esta semana, o Ministério das Finanças disse ao CM que "quanto à informação bancária, não se trata de uma recusa, mas sim de uma impossibilidade legal". E garantiu que foi fornecida a Espanha a "informação de base fiscal". ■

Representante de diversas empresas

● As sociedades Gransoto e Miraflores Dieciocho tinham, à data das investigações das autoridades espanholas, o mesmo representante: Jaime Iturriaga, que era também o representante da La Granjilla, offshore do Grupo El Assir, em 2001.

Foi Jaime Iturriaga que em nome da La Granjilla assinou com Dias Loureiro e Oliveira e Costa, representantes da SLN, o contrato-promessa da venda do Excellence Assets Fund (EAF), por parte da La Granjilla, à SLN, a 30 de Novembro de 2001. Com esta operação a SLN, que vendera no mesmo dia a Biometrics ao EAF, reapoderou-se daquela firma de Porto Rico. ■



Dias Loureiro representou a SLN

Firma de armas pagou juros dos créditos

● Os juros dos 28,7 milhões de euros de créditos concedidos pelo BPN a La Granjilla, Miraflores Dieciocho e Gransoto foram pagos, em parte, por uma empresa polaca de armamento, a Bumar. Ao todo, segundo o relatório de inspeção do Banco de Portugal (BdP), em 2004 o BPN emprestou às empresas do grupo El Assir uma quantia que ascendia, à data, a 42,9 milhões de euros.

A auditoria deixa claro que, entre outras origens, "os juros dos créditos foram pagos através dos fundos da Golden Vision [965 milhões de euros provenientes de uma transferência efectuada pela firma polaca Bumar, produtora e exportadora de material bélico, de transporte e de construção] e da Baidouw [272 milhões de euros], uma empresa no Panamá cuja actividade não foi possível apurar!" ■



Teixeira dos Santos é hoje ouvido no Parlamento sobre o caso BPN, banco que foi liderado por Oliveira e Costa até Fevereiro de 2008



ESPAÑA PEDIU
**Fisco tapa
contas
de libanês
no BPN**
PÁG. 22



POLÍTICA

ENTREVISTA A JOSÉ SÓCRATES



GOVERNO ■ PRIMEIRO-MINISTRO CRITICOU COMISSÃO DE INQUÉRITO AO BPN

“Estou satisfeito comigo próprio”

■ Sócrates admitiu que a proposta sobre a avaliação dos professores foi um erro e que está de “coração partido” com a situação dos clientes do BPP

● ANA PATRÍCIA DIAS/CRISTINA RITA

A primeira proposta do Governo sobre a avaliação dos professores foi um erro. Quem o reconheceu foi o próprio primeiro-ministro, ontem à noite em entrevista à SIC, depois de ter assumido, horas antes, no Parlamento, que cometeu erros na área da Cultura. Mesmo assim, José Sócrates confessou: “Estou satisfeito consigo próprio.”

“Hoje, quando olhamos para trás temos sempre a tendência de dizer que faríamos diferente. Eue a própria ministra da Educação gostaríamos de não ter cometido o erro de apresentar uma avaliação tão exigente e burocrática”, admitiu José Sócrates, “que não garantiu a continuidade de Maria de Lurdes Rodrigues no Governo caso seja reeleito. “Quanto ao futuro governo não quero comprometer-me com nada”, respondeu, adiantando no final da entrevista aos jornalistas que será preciso um novo executivo, mas que é cedo para falar.

Apesar de reconhecer a existência de vários erros de governação, o primeiro-ministro assegurou estar “satisfeito” consigo próprio e que tudo fará para recuperar os sectores que ficaram “desiludidos” com o Governo. Como? “Explicando por que razão tomámos essas decisões. Foi um erro ter deixado instalar a ideia de que as reformas eram feitas contra algumas classes sociais”, disse, situando alguns sectores próximos até do PS.

Para o primeiro-ministro, não há dúvida de que os resultados das eleições europeias “revelam um desgaste político” provocado pelas “muitas reformas em pouco tempo”. Mas “a legitimidade do Governo está intocável”, sublinhou.

Chefe do Governo prevê inversão da crise em 2010



José Sócrates foi à SIC dar a primeira grande entrevista depois dos maus resultados do PS nas Europeias

Uma das medidas mais contestadas pela Oposição é a nacionalização do BPN. Contudo, o primeiro-ministro garantiu que “hoje tomaria a mesma decisão”. E criticou a comissão de inquérito ao caso BPN por “atacar” o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e por ser “solicita com quem fez uma gestão irresponsável”. “Acho isso chocante”, rematou.

Em relação ao BPP, José Sócrates confessou ficar de “coração partido” com a situação. No entanto, disse que

não é possível usar o “dinheiro dos contribuintes” para salvaguardar os investimentos dos clientes daquele banco privado. “Abriríamos um precedente perigoso, em que teríamos de indemnizar todos os investidores vítimas de fraude por parte dos bancos.” E garantiu, que ao contrário do que aconteceria no caso do BPN, “se o BPP desaparecer temos a certeza de que não afectará o sistema bancário”.

Os investimentos, insistiu Sócrates, deverão ser uma prioridade, apesar de admitir que “a crise se invertirá em 2010”.

Sócrates só se compromete com uma “coligação com o País”, não antecipando para já acordos. ■

FRASES

“Deixámos instalar a ideia de que o Governo não gostava dos juizes ou professores.”

“A nossa legitimidade [para governar] está intocável.”

“Há partidos que só têm um ponto na sua agenda: parar investimentos públicos.”

“Aquele banco [BPP] pode desaparecer mas é uma morte assistida. Mas partese-me o coração por essas pessoas.”

“[Há] risinhos de ignorância por parte dos deputados da Oposição quando falam do projecto ‘Magalhães’.”

“Eu ouvir oiço, muitas vezes não estou é de acordo.”

“A mim nunca me ocorreria dizer que o objectivo do casamento é a procriação.”

JOSÉ SÓCRATES
Primeiro-ministro



■ Estúdio. Momentos antes da entrevista nos estúdios da SIC, a jornalista Ana Lourenço e José Sócrates prepararam-se.



ID: 25576050

18-06-2009

PSD | ENCENAÇÃO DE MODÉSTIA

Para Paulo Mota Pinto, do PSD, Sócrates fez uma tentativa de "autojustificação", sem reconhecer erros. O social-democrata critica ainda a "encenação de um estilo modesto", do primeiro-ministro



PCP | SEM SINAIS DE MUDANÇA

Para Bernardino Soares, Sócrates "não deu sinais de mudança aquilo que foi a censura que os portugueses deram depois das Europeias", criticando o facto do desemprego ter ficado de fora

CDS | ERROS A CONTA-GOTAS

Para Diogo Feyo, o primeiro-ministro não deu sinais de querer adoptar políticas alternativas e referiu que José Sócrates "vai assumindo erros a conta-gotas"



Primeiro-ministro chegou aos estúdios da SIC, em Carnaxide, às 20h34

Sócrates estranho com voz de veludo

■ O fim de tarde agradável ia dando lugar à noite, eram 20h34 quando Sócrates entrou no parque da SIC, em Carnaxide, com o mesmo fato cinza-azul e a mesma gravata encarnada que levou ao debate da moção de censura do CDS. A comitiva era a do costume nestas idas às televisões. Quer dizer, quando dá entrevistas à RTP e à SIC, porque a TVI é outra conversa. À frente o Volkswagen Phanton logo seguido de dois carros com seguranças, os dois assessores de Imprensa, Luís Bernardo e David Damião, e o assessor

directo a chegada do primeiro-ministro. Sorridente, calmo, estranhamente muito mais calmo do que é costume, Sócrates foi entrevistado a caminho da sala de maquilhagem. Falou-se de humildade e Sócrates garantiu que Sócrates só há um e que sente os anos a passar.

Mas se é verdade que tinha um ar cansado e, é preciso frisar, estranhamente calmo, o primeiro-ministro saiu da maquilhagem às 20h42 com um ar bastante melhor e gel na cabeça. E foi um José Sócrates estranhamente calmo que

José Sócrates levava a mesma roupa do debate parlamentar

político, Almeida Ribeiro. Mas antes, dois minutos depois das oito da noite, já um BMW tinha chegado a Carnaxide com dois seguranças.

José Sócrates saiu do carro e tinha logo à sua espera uma equipa da SIC que fez questão de dar em

esteve um par de minutos à conversa com o estado-maior da SIC, que fez questão de o receber. Calmo, estranhamente calmo, rodeado de fotógrafos e jornalistas, antes de entrar para o estúdio onde o esperava Ana Lourenço. ■ A.R.F.

Manuela é já a seguir na SIC

● A SIC fez questão de receber em grande o primeiro-ministro José Sócrates. Ninguém faltou à chamada, com excepção de Francisco Balsemão, patrão da estação de Carnaxide. Enfim, é costume, mas foi bonito ver Luís Marques, director-geral, Alcides Vieira, José Gomes Ferreira e Ricardo Costa, da Direcção de Informação, e António José Teixeira, da SIC Notícias. Um comité de recepção de peso para José Sócrates. Para a semana Ana Lou-



Ferreira Leite também vai ao Dia D

renço entrevista Manuela Ferreira Leite e será interessante ver se estarão todos na recepção. Será, por certo, um bom barómetro a poucos meses das Legislativas. ■ A.R.F.

PORMENORES

● **NÃO VOTAR PS**

Paulo Portas considerou que se Sócrates mantiver seis dos ministros actuais são "seis boas razões" para os portugueses não votarem no PS nas próximas Eleições Legislativas.

● **EX-MINISTRA SATISFEITA**

A ex-ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, mostrou-se "satisfeita" por Sócrates ter reconhecido que se devia ter feito um maior investimento na Cultura.

● **ELEIÇÕES**

José Sócrates reiterou ontem que as eleições Legislativas e Autárquicas devem ter lugar em datas diferentes, mas recusou apontar a data preferida pelo Governo.

Cometidos erros na Cultura



Sócrates considera abusiva moção de censura apresentada por Portas

● José Sócrates reconheceu ontem que cometeu erros de governação e apontou como exemplo a ausência de um maior investimento na área da Cultura. Mas considerou um "abuso" a moção de censura do CDS ao Governo, chumbada ontem pelo PS (120 votos contra e 66 a favor), apesar do voto favorável do

PSD e da abstenção do PCP e do BE. "Devíamos ter investido mais em Cultura", admitiu no Parlamento, onde garantiu ainda que o futuro Governo estará "completamente livre" para decidir sobre o TGV. "O Governo tem escrúpulo democrático. A adjudicação deve ser feita pelo próximo Governo", explicou. ■



■ ■ VÍTOR CONSTÂNCIO

Boa notícia, mas fraco consolo

O governador do Banco de Portugal acredita que a crise vai reforçar a segurança dos mercados. Enquanto os clientes do BPN ainda mal se refizeram do susto e os do BPP andam à beira de cortar os pulsos, Vitor Constâncio diz que "o sistema bancário sombra vai desaparecer".

Claro que, para quem tem o dinheiro em risco, isto é um fraco consolo, mas o homem-forte do Banco de Portugal, cujo desempenho tem sido duramente criticado, considera que da crise resultará um reforço de regulação, a qual passará a incidir sobre todo o tipo de produtos.

Uma coisa dita ontem por Constâncio na conferência do "Diário Económico", não será contestada: "Os auditores têm falhado e muito, ultimamente, e também em Portugal".



BPN. AS LOUCURAS DA COMISSÃO DE INQUÉRITO

Faroeste de fato e gravata

Discursos de várias horas, confrontos verbais e audições pela noite dentro. A comissão de inquérito ao BPN já teve de tudo. O último episódio foi a discussão entre Nuno Melo e Vítor Constâncio



FOTOS/LUSA



OLIVEIRA COSTA

Leu o **discurso mais longo** da comissão. Foram mais de cinco horas, com três pausas



NUNO MELO

Ganhou notoriedade na comissão ao BPN: esteve três horas a **discutir** com Vítor Constâncio

VÍTOR CONSTÂNCIO

Incomodado, passou o lenço no pescoço, encolheu os ombros e foi ao **"limiar da paciência"**

LUCÍLIA GALHA

De um lado estava um deputado. Do outro o governador do Banco de Portugal (BdP). O cenário era a comissão de inquérito parlamentar à nacionalização do BPN. Mas pela exaltação, insultos e pedidos de contenção por parte da presidente da comissão, Maria de Belém, podia ser uma tasca.

O DUELO

■ Vítor Constâncio começou a ser questionado às 15h30 de segunda-feira. Os primeiros 180 minutos foram para Nuno Melo. A discussão começou a aquecer com uma frase do governador do BdP:

– “O senhor deputado andou a dizer em campanha que foram 2,5 mil milhões [custo da nacionalização do BPN]. É ignorância.”

Nuno Melo respondeu:

– “O senhor é que é o inteligente da companhia (...) Pode partir para o insulto mas eu não vou descer ao mesmo nível.”

Mas desceu:

– “Eles [a administração do BPN] perceberam

que o governador acreditava em tudo o que diziam e enrolaram o Banco de Portugal.”

Constâncio ficou irritado. Estava no “limiar da paciência”. Três horas depois, pediu um intervalo e desabafou: “Há momentos em que fico satisfeito por não ser advogado”.

A MARATONA E A MINIMARATONA

■ Em boa parte graças a Nuno Melo, Vítor Constâncio foi quem esteve mais tempo a

apenas 20 minutos no Parlamento. “Leu uma declaração em que se remetia ao silêncio”, diz à SÁBADO a assessora da comissão.

O DISCURSO

■ Já Oliveira Costa foi protagonista do discurso mais longo. Na segunda audição, a 26 de Maio, apresentou-se com 56 páginas manuscritas. Começou a ler às 16h34. Só ao fim de quase seis horas e três intervalos começou a responder às perguntas. A audição durou até à meia-noite e meia. Oliveira Costa chegou com ar cansado, mas saiu bem-disposto: “Se houver um terramoto na Colômbia, a culpa também é minha, não?”

OS NÚMEROS

■ Ao longo de seis meses, de 13 de Janeiro até hoje, 18 de Junho (dia em que Teixeira dos Santos será ouvido), houve 55 sessões. Foram ouvidas 51 pessoas. O prazo da comissão foi prorrogado duas vezes. O relatório terá de estar concluído até 29 de Junho e a apresentação será feita a 3 de Julho. ●

Constâncio acusou Nuno Melo de “ignorância” Resposta: “O senhor é que é inteligente”

responder às perguntas dos deputados: 13 horas e 30 minutos, repartidas por dois dias, 8 e 15 de Junho. No primeiro, a audição estendeu-se por seis horas e 15 minutos. No segundo, Constâncio só saiu às 23h, ao fim de 7 horas e 15 minutos de inquirição.

No extremo oposto está Luís Caprichoso. O antigo administrador da Sociedade Lusa de Negócios – ouvido a 22 de Abril – esteve



Opinião

NUNO ROGEIRO Politólogo

Relatório
minoritário

Irão para onde?

Há dias, na altura do voto presidencial, a Universidade de Teerão promovia um colóquio sobre a obra de Woody Allen. Allen, claro, é judeu, americano, liberal e iconoclasta. Foi dissecado, estudado, discutido,

lembrado e homenageado, no coração do Irão, um dos centros do alegado “fundamentalismo islâmico” que enche manchetes, e espanta o mundo.

O Irão não é uma caricatura. E não quer ser um pária. Possui uma “sociedade civil” vibrante. Milhões de jovens e menos jovens, interessados numa “vida normal”.

Interessados num Estado social avançado, direitos económicos garantidos, capacidade de empresa. E direitos políticos plenos, incluindo a liberdade de expressão ou a integral igualdade entre sexos.

Estes milhões nunca apoiaram nem a invasão de vizinhos, nem a construção de armas nucleares. Fazem parte de uma nação turbulenta e atormentada, violentada pelo Iraque, ainda cheia de gaseados dessa guerra. Uma velha e sofisticada sociedade, que já foi um exemplo nos campos da educação e da ciência.

Este Irão votou, em massa. À hora que escrevo, ninguém pode dizer, ao certo, que o candidato Ahmadinejad é um justo vencedor, ou não. Mas existe um debate.

E existem manifestações de milhares, ou milhões, da capital a Isfahan e Shiraz. E existem opiniões divididas. Profundamente.

A esquerda

Tese: em Portugal, a miséria e a ignorância, ou outros factores negativos, provocam a subida eleitoral da “esquerda”. Mas convém olhar com cuidado.

Primeiro, não ignoremos que o PS se transformou em partido “do centro”, ou até do “centro-direita”.

Depois, diga-se que BE e PCP não são da mesma família. Não têm nem o mesmo passado, nem as mesmas referências, nem o mesmo programa, nem as mesmas palavras, nem os mesmos inimigos. E não são uma transposição, à “esquerda”, da relação entre PSD e PP.

O voto do PCP é estável, autónomo. O do BE vive da vampirização do PS, não parecendo mobilizar os abstencionistas crónicos. Nas europeias, estes continuaram em casa, ou em feriado político.

Ou seja: se descontarmos a “verdadeira esquerda” (o PCP), ou a “esquerda alargada” (PCP mais BE), os outros 90% a 80% seguem outra “ideologia”.

Ora, com o “apocalipse capitalista”, não deveria ser ao contrário?

Isto é, 90% de “esquerda”, e o resto algures? •



Banca rota

Das notas do meu diário, a verificação (por Vítor Constâncio) de que a “supervisão prudencial”, sem poderes de “polícia”, não trava o crime bancário. Por fim, sendo certo que, como diz Constâncio, não existe um “manual de nacionalização”, continua esta mal explicada. No fundo, comparando valor potencial e desvalor real, o BPN estava mesmo com a corda no pescoço, ou os boatos sobre a sua morte eram exagerados?

Por fim, sempre no dinheiro, Cristiano Ronaldo: afastando as carpideiras, os invejosos, e Blatter-Platini, se há “escândalo” na transferência só pode ser por um clube devedor, alegadamente falido, ter meios para cavalarias altas.

O negócio é privado, e, nesse sentido, intocável. Se não acabar, claro, na chantagem habitual: a banca empresta ao clube, o produto não rende, o clube não paga à banca, esta derroca, e o Estado/contribuinte aparece no fim, a salvar “o interesse público”. Por outras palavras, esperemos que neste “investimento de risco”, não naufrague um Irreal Madrid. •

maulwurf@mail.telepac.pt

www.sabado.pt

Opinião

Nova crónica exclusiva no site às quintas-feiras

Não se pode assim fingir, como Ahmadijad, que não se passa nada. Não se pode reduzir o problema, infantilmente, a uma tropelia de rufiões, no fim de um jogo de futebol.

Nas cartas produzidas pelo candidato Mousavi (13 e 15 de Junho), este queixa-se da proibição da presença dos seus delegados nas assembleias de voto, da intimidação dos seus votantes pela milícia Basij, do uso de meios e figuras do Estado para propaganda de um candidato. Todas estas alegadas infracções violam as normas eleitorais do país (Lei 5/30/79, Decreto 45333/44).

Para mostrar que, doutrinas à parte, é um "Estado de direito", o regime iraniano tem de esclarecer exemplarmente estas alegações.

A recontagem de votos é um começo,

O processo iraniano não pode ser decidido de fora. E não está a ser. O que torna tudo mais dramático e imprevisível

mas pode não bastar: se não houve fiscalização na abertura das urnas, na verificação e contagem, como provar que os boletins existentes são os boletins depositados?

Daí à repetição do acto, vai um passo, talvez impossível.

Um matemático da campanha de Mousavi mostra-me estudos diversos, e explica que os resultados entre candidatos mos-

tram a mesma vantagem do vencedor, em todas as secções, distritos, províncias. Mesmo nas áreas tradicionalmente favoráveis aos "reformadores", ou no berço Azeri de Mousavi, a distância é exactamente aquela: "A ausência de variações parece-me uma impossibilidade estatística."

Ninguém nega que o apoio financeiro aos camponeses, a política populista, os subsídios, a retórica da "dignidade nacional", as promessas contra a corrupção e os poderosos geram grande apoio ao alegado vencedor.

Ninguém esquece que uma sondagem americana previa um resultado semelhante. Ninguém ignora que os resultados de Ahmadijad, em 2005, foram parecidos.

Mas as dúvidas precisam de desaparecer.

Senão, o "Novo Irão" será olhado como o pária e a caricatura que não quer ser. •

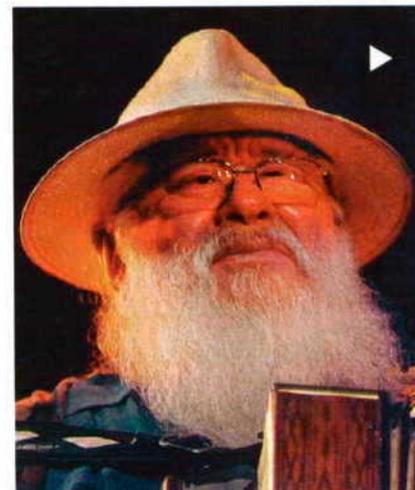
Depois de Sócrates

Sócrates não é ainda uma figura do passado, e muito menos um produto da nossa imaginação. Mas está ferido.

Reunindo forças para as eleições seguintes, reconhecendo a presença de Victorino, a influência de António Costa, provavelmente (especulo) o "exemplo" de Alegre, não hostilizando Cavaco, domesticando Mário Lino, apagando fogos, o PM tem hipóteses de combater uma boa batalha.

Mas será difícil sobreviver: à maçada, à revolta, às ambiguidades, ao completo desespero de muitas famílias. E também se sobrevive mal ao motim das cabeças pensantes: começa hoje a perceber-se que o processo de "reformas inadiáveis" é uma ficção ou um exagero, que ficou pelos detalhes e pelos mais fracos, sem tocar a parte inútil e redundante do Estado.

Mas antes do "depois de Sócrates", convém perceber as linhas que nos coem. Só vejo um defeito (e muitas vantagens) da simultaneidade de autárquicas e legislativas: nas primeiras, podem concorrer independentes, nas segundas, só partidos. Alhos e bugalhos. •



Utopias e raízes

Martim de Albuquerque, historiador maior das ideias políticas, lança agora Campanella e Portugal (Alêtheia). Aí tece as ligações, nem sempre óbvias, entre as teses nacionais sobre o império messiânico e a utopia activa do criador de *A Cidade do Sol*, espécie de "ficção científica política" antes da letra. Tudo começa num período conturbado: a ocupação filipina na pátria portuguesa, as batalhas religiosas na Europa, e um herético dominicano, foragido intelectual, febril por outros mundos.

Passa-se daqui para a música. Evito o *Dream Theater* (grandes instrumentistas, péssimas e forçadas vocalizações, infantilismo orquestral), e lembro a presença do grande Hermeto Pascoal (na foto), em Estarreja, Ovar e Sever do Vouga, até sábado. É no Festim, certame do canto do mundo. Parece justo que o grande criador brasileiro, albino multi-instrumentista, jazzman mutante, sonhador de novos sons, seja reconhecido na terra das raízes. E ouça-se dele, outra vez, a *Missa dos Escravos*, de 1977. Sublime. •



Opinião



Nuno Rogeiro 50


**ECONOMIA
PERFIL**

O economista tranquilo

É reconhecido pela elevada reputação como técnico, pela paciência e por raramente perder as estribeiras... como aconteceu, esta semana, na comissão parlamentar de inquérito ao BPN

POR PAULO M. SANTOS



Professor universitário, deputado, secretário de Estado, ministro, secretário-geral do Partido Socialista, comissário de Lisboa Capital da Cultura e membro da comissão que negociou a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia. Actualmente, está no centro de uma batalha política nacional: os crimes que conduziram o BPN à ruína e à consequente nacionalização.

Quem é o governador do Banco de Portugal que, no início da semana, esteve oito horas (quase) seguidas a responder às perguntas dos deputados, na Assembleia da República?

Vítor Manuel Ribeiro Constâncio nasceu em Lisboa, a 12 de Outubro de

1943. Os seus pais, de origem humilde, trocaram a pacatez da vila alentejana de Nisa pela agitação de Lisboa, na procura de uma vida melhor. A infância e a juventude de Constâncio foram passadas em Campolide. Em criança, queria ser condutor de eléctricos, mas depois inclinou-se mais para o teatro. Aos 13 anos participou na peça *A Ilha do Tesouro*, representada pela Companhia do Teatro

Constâncio fez teatro, apaixonou-se pelo cinema mas acabou na política e na banca

EM CHEQUE
Os deputados da oposição apontam o dedo a Constâncio, no caso BPN

do Gerifalto, contracenando com Rui Mendes, Canto e Castro e José Viana.

Dedicou-se, desde muito cedo, aos livros e, nos estudos, esteve sempre entre os melhores. Entrou, sem surpresa, no Instituto Superior de Ciências Económicas, actual ISE, onde se licenciou em Economia, em 1965, com média de 16 valores.

Neste período, apaixonou-se pela sétima arte, como demonstra a frase inscrita por baixo da sua caricatura no livro de curso: «Desde ontem que não vou ao cinema.» O Café Copacabana, junto à Praça de Londres, era o seu local de eleição. Por ali os jovens discutiam as obras de Fellini, Bergman, Truffaut, entre outros. Uma paixão que deixou como legado ao seu primogénito. João Constâncio, doutorado em Filosofia e professor na Universidade Nova, é também realizador e já escreveu o argumento para duas grandes produções nacionais: *O Fascínio* e *Viúva Rica, Solteira não Fica*.

O DESPERTAR POLÍTICO

É também na Faculdade que conhece Maria José, a sua mulher. Juntos tiveram dois filhos, João e Leonor. Fez o serviço militar na Marinha, onde conheceu Alípio Dias, que, mais tarde, seria secretário de Estado do Orçamento e, depois, presidente do Banco Totta & Açores.

Aluno brilhante, foi convidado para assistente da faculdade que frequentou. Em 1969, com apenas 25 anos, tem a sua mais importante intervenção política, antes do 25 de Abril, ao subscrever as listas da CDE – Comissão Democrática Eleitoral, para a Assembleia Nacional, chegando mesmo a participar em comícios. Maria José acompanha-o sempre, nas suas incursões políticas. Em 1970, casam-se e vão morar na Columbano Bordalo Pinheiro, em Lisboa. Nesse mesmo ano, Constâncio ingressa, como colaborador eventual, no Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, do qual Maria José era já membro efectivo. É então que participa na preparação do IV Plano de Fomento, a primeira experiência com as contas públicas.

Em 1973, parte para Bristol, Inglaterra, para fazer o doutoramento. Ainda hoje tem o hábito, britânico, de tomar chá com um pouco de leite. Mas os aconteci-



Orçamento do VI Governo provisório, liderado pelo almirante Pinheiro de Azevedo. E, em 1977, depois de ter sido deputado, entra para a vice-presidência do Banco de Portugal. Os cargos sucediam-se a um ritmo vertiginoso e,

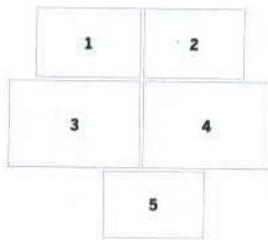
em Janeiro de 1978, assume o cargo de ministro das Finanças do II Governo Constitucional, função que desempenha durante seis meses e lhe confere o reconhecimento público, por ter conseguido equilibrar as contas do Estado, num período deveras difícil para o País.

A vida de Constâncio dividia-se entre a Assembleia da República e o Banco de Portugal. Em São Bento, enquanto deputado, preside à Comissão Parlamentar de Economia e Finanças, a mesma que o levou agora à Assembleia da República para explicar todo o processo do BPN.

Regressaria ao Banco de Portugal, em 1985, mas como Governador. Trata-se, mais uma vez, de uma curta experiência - o PS entra em crise e Constâncio, eleito secretário-geral, em Junho de 1986, fica com o pesado encargo de suceder a Mário Soares. Com apenas 42 anos, torna-se no mais jovem líder partidário português.

Um ano depois, chega à presidência da União dos Partidos Socialistas da Europa e, em Fevereiro de 1988 é reeleito secretário-geral do PS, com 94% dos votos. Mas o seu reinado termina abruptamente. Candidato derrotado a primeiro-ministro, e desiludido com as críticas internas, deixa a vida partidária.

A sua experiência e o seu currículo valeram-lhe várias propostas de trabalho, sobretudo da banca privada que ganhava novo fôlego, em Portugal. Mas Constâncio prefere voltar ao Banco de Portugal e à carreira de docente. Chegou a ser convidado para director-geral do BERD (Banco Europeu para



FOTOS: ARQUIVO

Etapas Da revolução ao euro

1. Tomada de posse

Constâncio assume a pasta das Finanças do II Governo Constitucional

2. Com Mário Soares

Em São Bento com o líder histórico do

3. PS

Partido Socialista Nacional do partido, ao lado de António Macedo, presidente dos socialistas

4. Expo 98

Com a mulher, Maria José Constâncio, na inauguração da Exposição Internacional de Lisboa

5. Moeda única

O Governador do Banco de Portugal foi o rosto da substituição do escudo pelo euro

mentos em Portugal acabam por mudar a sua vida. Constâncio e Maria José recebem as notícias sobre a revolução em Portugal, no dia 25 de Abril de 1974. No início de Maio, o casal regressa, já com o seu primeiro filho, João.

Constâncio, admitiu, na altura, que ambos quiseram ver *in loco* as transformações do País. Já não voltam a Inglaterra, pois, nesse mes-

mo mês, Constâncio é convidado para o primeiro Governo Provisório. A 30 de Maio de 1974, assume a Secretaria de Estado do Planeamento Económico, cargo que ocupa, até Março de 1975, nos três primeiros governos provisórios, de Palma Carlos e Vasco Gonçalves.

Em Setembro desse ano, já como militante socialista, volta ao governo, como secretário de Estado do Planeamento e



MARCOS FERREIRA

ECONOMIA PERFIL

BPN A Comissão incómoda

Depois de ouvirem, em dose dupla, o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, os deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito à Nacionalização do BPN terão mais uma sessão com o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. O relatório final será apresentado a 3 de Julho. A seguir, enunciaremos as principais conclusões e factos apurados por aquela que se revelou uma das mais produtivas comissões parlamentares de inquérito de sempre.

INGENUIDADE OU NEGLIGÊNCIA?

Constâncio diz que não houve negligência relativamente ao BPN, mas admite «alguma ingenuidade» em relação à actuação de Oliveira e Costa, antigo presidente do banco: «Realmente, ninguém suspeitou que o dr. Oliveira e Costa fosse capaz de cometer o que cometeu.»

ACESSO ÀS CONTAS

Vítor Constâncio admite que o Banco de Portugal poderia ter «ido mais longe nas perguntas sobre o Banco Insular», apesar de o BPN ter sido o banco mais sujeito a inspeções por parte do Banco de Portugal.

INFORMÁTICA ARILHADA

Oliveira Costa afirmou que o acesso ao sistema informático do BPN, ao servidor onde estavam registadas as operações com o Banco Insular, era «muito complexo». Questionado sobre se era possível o Banco de Portugal ter acesso ao servidor e «visualizar tudo», o antigo presidente do BPN disse: «Acho que não.»

O PREÇO DA OPERAÇÃO BPN

Questionado sobre os custos da nacionalização do BPN, o governador do Banco de Portugal diz que a intervenção do Estado poderá custar cerca de mil milhões aos cofres públicos.

À MARGEM DA LEI

550 milhões de euros de diversos clientes foram canalizados para aplicações financeiras com rendimento garantido, sem autorização da CMVM. Estas aplicações, geridas através de off-shores, ofereciam remunerações acima do mercado e não estavam sujeitas a retenção de imposto na fonte.

CONTRADIÇÕES

Dias Loureiro disse que tinha tido uma reunião com António Marta, administrador do Banco de Portugal, onde aconselhou o banco central a estar mais atento ao que se passava no BPN. António Marta disse que, nessa reunião, o antigo ministro de Cavaco se tinha queixado do excesso de regulação de que o BPN estava a ser alvo por parte do Banco de Portugal. Oli-

veira e Costa deu razão a António Marta. Dias Loureiro demitiu-se do Conselho de Estado

EXTORSÃO

Oliveira e Costa disse que um antigo secretário de Estado lhe extorquiu uma avença, mas não divulgou o nome. Admitiu ainda ter pago comissões para concretizar o negócio da Redal, em Marrocos. Joaquim Coimbra, ex-accionista, acusa Oliveira e Costa: «Está globalmente a mentir.»

TESTA-DE-FERRO

Três sociedades off-shore, e supostamente detidas pelo empresário libanês Abdul Rahman El-Assir pertenciam, na realidade, ao BPN, disse Francisco Sanches, antigo braço-direito de Oliveira e Costa. El-Assir, era accionista da empresa de Porto Rico, Biometrics, que foi vendida à SLN. O negócio foi efectuado por Dias Loureiro e Oliveira e Costa e originou um prejuízo de 38 milhões de dólares. Oliveira e Costa afirmou que a venda da Biometrics foi feita por 35 milhões e não por um euro, como afirmou Dias Loureiro.

► a Reconstrução e Desenvolvimento), com sede em Londres, convite que considerou «muito atraente, em termos profissionais». Recusou-o, no entanto, devido a um problema de saúde de um familiar próximo.

A HORA DA CULTURA

Já longe da vida política, recebe de Pedro Santana Lopes, então secretário de Estado da Cultura do Governo de Cavaco Silva, mais um desafio – a presidência da Comissão para Lisboa 94 Capital da Cultura. E é depois desta experiência que regressa à banca (esteve no BPI) e aceita um cargo de gestão na EDP. Desempenhou, ainda, funções não executivas, em outras empresas.

Gestor, banqueiro, logo, engratado. Mas o aspecto convencional (apenas tira a gravata aos fins-de-semana) contrasta com a apetência por novas tecnologias. Comprou um computador Olivetti (um dos primeiros a surgir em Portugal), que usava para escrever, trabalhar em fórmulas económicas ou mesmo para jogar xadrez. O gosto pela ópera condiz com a formalidade da gravata, mas Constâncio prefere definir-se musicalmente como «um homem da geração dos Beatles». A filha, Leonor, herdou a via musical. Frequentou o coro infantil de Santo Amaro de Oeiras e integrou o grupo infantil Ministars que, na década de 80, interpretava, em português, alguns dos hits do momento da música internacional.

O actual governador do Banco Central possui uma das bibliotecas pessoais mais versáteis e, como escreveu Nuno Brederode Santos no prefácio do livro *Coerência e Rigor*, da autoria de Vítor Constâncio e editado pela D. Quixote em 1986, «devora livros até à exaustão material (cantos dobrados, anotações manuscritas nas margens, lombadas descoladas)». O seu primeiro mestre de pensamento foi Emmanuel Mounier, mas, mais tarde, deixou-se fascinar pela obra de Karl Popper *A Sociedade Aberta*.

Outro dos seus hobbies é o ténis. Foi, desde muito cedo, frequentador dos courts do Estádio Nacional.

A sua última partida foi jogada na passada segunda-feira... no centro de Lisboa, em plena Assembleia da República, convocado pela comissão parlamentar que investiga o caso BPN. Aí esteve, durante quatro horas, a «trocar bolas» com o deputado do CDS, Nuno Melo. **v**



Opinião

PEDRO SANTOS GUERREIRO Director do *Jornal de Negócios*

Mundos e fundos



Então até às próximas eleições

Quando Manuela Ferreira Leite anunciou que o seu candidato às Europeias era Paulo Rangel, pus-lhe seta para baixo

no *Jornal de Negócios*: tinha escolhido tão bem, escrevi, que tinha escolhido mal. Porque assim perderia para Bruxelas o melhor líder parlamentar do PSD de anos.

Mas Ferreira Leite acertou em cheio. Rangel alcançou uma vitória inesperada e que dá ao PSD o estatuto externo de ser alternativa e à sua líder uma autonomia interna que lhe faltava. Para mais, a ida de Rangel para Bruxelas será, já se percebeu, em *part-time*, coisa ruim mas comum.

Para os socialistas, tudo muda, depois de uma votação que, não sendo extrapolável para as legislativas, lhes faz baixar a crista. O nível de arrogância chegava a ser insuportável mas a lição mais importante a retirar é outra: uma governação de plástico, de aparências, de frases feitas e estatísticas refeitas não gera confiança.

José Sócrates não gosta, nem precisa,

de lições de moral ou de política. Mas é revelador que a sua popularidade tenha caído não quando tomava medidas difíceis e firmes, mas quando perdeu o controlo e passou à agressividade face aos que questionavam.

No nascer desta legislatura, quando enfrentou lóbis e corporações, professores, juizes, médicos, teve o povo com ele. Perdeu-o quando trocou os resultados governativos pela aparência do sucesso; quando a crise traiu o seu calendário; quando viu nos jornalistas não o meio para a sua mensagem mas o seu fim; quando quis das eleições não a vitória mas uma vingança de campanhas negras.

Ainda bem que não há suspensões da democracia de seis meses, não é?

O comboio da baixa velocidade

Galvanizado pela vitória nas eleições europeias, o PSD exigiu o adiamento do TGV. Que não, diz Mário Lino, que nem pensar. Mas os calendários do concurso

e das eleições não batem: adjudicações só para o próximo Governo. Se for PS, o TGV avança; se for PSD, “é riscado”.

É preciso dizer que se inventou um facto político. A decisão do TGV já estava noticiadamente adiada para o próximo Governo. Mas foi-o agora reconhecido pelo ministro das Obras Públicas como sendo a coisa mais natural do mundo.

Como foi também tratado como natural que a ligação Porto-Vigo não gere *cash flows* positivos: sempre que arrancar da estação, o comboio estará a perder euros, é um investimento de retorno impossível. Já a ligação Lisboa-Madrid libertará *cash flow* suficiente para pagar 42% do investimento. Ena! E Lisboa-Porto é um exemplo de auto-sustentabilidade: a exploração do negócio pagará 52% do investimento. Notável! Apenas 48% será uma espécie de “fundo perdido”.

Também estas contas não eram novas mas foram agora assumidas. Há mais de seis meses que aqui o escrevi: que o projecto não é economicamente viável (a diferença entre dinheiro investido hoje e o recebido no futuro é negativa) mas há externalidades (impacto ambiental positivo, redução de tráfego rodoviário, desenvolvimento económico) que, na folha, tornam o projecto globalmente rentável.

O TGV não é bom para quem o for pagar e só se justifica numa opção de política de transportes que assuma esse prejuízo em prol de outros benefícios. Mas para isso é preciso mudar a conversa e começar a falar de estratégia económica e não de planos de negócios. Fica para o próximo Governo. Outra vez. ●

Apagão tecnológico

Na semana passada, os Estados Unidos desligaram as emissões de televisão analógica, fazendo a mudança para as emissões digitais em todo o território. Neste chamado *switch off*, mais de dois milhões de norte-americanos ficaram sem ver televisão, por não terem equipamento (televisor ou “caixa”) adaptado. É só para avisar: em Portugal, o “apagão analógico” também já tem data marcada, é no dia 26 de Abril de 2012.

Apenas mil milhões

É claro que o buraco no BPN não é de 2,55 mil milhões de euros, como disse Nuno Melo. Mas é escuro que seja apenas até mil milhões. “Apenas”? Como “apenas”? Mil milhões não é “apenas” nem aqui nem na China. É um ror de dinheiro perdido num banco que tinha uma quota de mercado minorca. E os 2,55 mil milhões são tudo aquilo que a Caixa teve de emprestar ao BPN (não emprestando portanto a outros) para lhe manter as portas abertas. “Apenas”?!!

Enquanto isso, aqui ao lado

Ao pé de Zapatero, Sócrates é um “bota-abaxista”. Durante meses, o líder espanhol negou, evitou, suavizou a crise em termos tão incríveis que a resposta foi dada nas urnas com violento vigor. Dois dias depois das Europeias, o Governo de Espanha (onde não há agora legislativas) tirou a máscara e assumiu o problema. E que problema! Défice nos 10%, desemprego a rasar cinco milhões, mais impostos, mais dívida, mais recessão. Que mau para eles. Que mau para nós.



(**PINGUE-PONGUE**)

O SR. GOVERNADOR E O SR. DEPUTADO

Esta semana, em seis horas de comissão de inquérito ao BPN, Nuno Melo (CDS-PP) e Vítor Constâncio trocaram mais uns quantos argumentos. E também alguns insultos



«Para fazer comissões deste tipo e tirar conclusões é preciso saber alguma coisa do que se está a falar»

«Andou por aí a dizer, em campanha eleitoral, que foram os 2,5 milhões de euros [o valor da nacionalização do BPN]. É ignorância»

Vítor Constâncio

«O senhor governador tem estado para esta comissão como o BPN esteve para o Banco de Portugal: não responde às perguntas nem entrega os documentos»

«Pode partir para o insulto que eu não descerei a esse nível»

Nuno Melo



PASSATEMPO. AUTO-RETRATO DO EURODEPUTADO DO PS FEITO PELOS LEITORES

Vou sentir falta dos fatos Maconde

Vital Moreira não respondeu ao desafio da SÁBADO na passada semana – por isso, os leitores tomaram o lugar do professor. As palavras a negro foram seleccionadas entre as melhores que chegaram à redacção

Bruelas é uma cidade que é porreira, pá. Sempre que aterro na capital da Bélgica, penso **com a breca, já está. E bato palminhas.** A partir de agora, a minha vida será entre **couve** de Bruxelas e **os espargos**, com uma ida por mês a Estrasburgo. Essa viagem mensal obrigatória à vila francesa para a reunião do plenário do Parlamento Europeu é **uma boa ideia** porque **poderei comprar bom queijo.** Mas isto são **ossos do ofício para quem quer ter uma reforma choruda e cumulativa.** O que me interessará verdadeiramente daqui em diante é **ver miúdas giras.**

A primeira coisa que farei no Parlamento Europeu será **ir ao cabeleireiro**, por pensar que é absolutamente essencial que **não me canse muito.** Somos portugueses, portanto também terei em grande atenção **o bigode.** Sou de esquerda, sempre fui, por isso a minha expectativa é que o grupo do Partido Socialista Europeu **desista da gravata.** Comparados com o PS português, os outros socialistas europeus são **uns meninos.**

Não será difícil para mim entender-me com os meus colegas estrangeiros, porque falo **pe- los cotovelos** e já vivi fora do País, em **Peniche.** Os professores de Direito costumam **aproveitar os subsídios** em universidades europeias, portanto **eu não posso faltar à tradição.**

A minha maior curiosidade sobre o que vou encontrar no trabalho parlamentar é **saber se os computadores são Magalhães.** E os lóbis, como é que vou lidar com a pressão dos lóbis, em Bruxelas, que são às centenas? Vou **ligar ao Dr. Dias Loureiro.** Esta é uma questão que **tanto me agrada.** Os lóbis em Portugal deviam **chamar-se pressões** porque **“lóbi” é nome de cão abichanado.**

Aquilo que mais me exaspera nas instituições comunitárias é a **falta de arrogância.** Por isso, espero **conseguir baldar-me de vez em quando.**

Vou estar **sempre disponível como estive para a SÁBADO** para o contacto com os eleitores e com os cidadãos. A minha janela para a comunicação com os europeus vai ser através **do meu blogue.**guardo contribuições

e ideias para **os restaurantes e os espectáculos da moda.**

De Portugal vou sentir falta **dos fatos da Maconde,** apesar de **vir cá** aos fins-de-semana. Os meus netos **estão proibidos de ouvir os Xutos.** Se, entretanto, tiver um convite interessante para voltar a fazer política no País, vou **achar que quem me convidou não viu esta campanha.** O mandato de eurodeputado é **mais sossegadinho.**

Nos próximos cinco anos, no pouco tempo que tiver livre, espero poder **ir ver aquele menino que faz xixi,** porque a vida não é só política e trabalho. Com a azáfama de eurodeputado, a minha paixão pela fotografia vai **cingir-se a eurodeputadas italianas.** E como Bruxelas fica no coração da Europa, seria interessante conseguir um **contrato freelancer como paparazzo.**

E assim se chega ao fim de uma campanha eleitoral. Do ponto de vista físico, aos 64 anos, isto é **como uma ta-reia no 1º de Maio.** Psicologicamente, com a pressão mediática e o stress da agenda, a campanha é **pio- do que uma entrevista da Manuela Moura Guedes.** O aspecto mais gratificante desta correria pelo País foi **ver que o primeiro-ministro até gosta de mim.** E orgulho-me de **ter malhado no BPN.** Aquilo que mais me desagrudou nos

Vital Moreira não quis preencher os espaços em branco do texto

últimos 15 dias deve-se a **ter descoberto que só o primeiro-ministro gosta de mim.** E, como não somos infalíveis, claro que cometemos erros. O meu foi **não me fazer entender.** Se pudesse voltar atrás teria **malhado mais na rou-balheira do BPN.**

À direita, os meus adversários do PSD foram **uns queixinhas** na campanha, enquanto os do CDS **com grande nível, mas ainda não me esqueci dos sobreiros.** À esquerda, o Bloco foi **simpático, rapazes muito finos** e o PCP, **ai o PCP, que saudades.** Quando nos cruzarmos nos aviões, vou **vestido de prisioneiro de Guantánamo.**

No que diz respeito à polémica do imposto europeu para financiar o orçamento comunitário, a partir de agora **te-nho amnésia.** Espero que a Irlanda **vete** o Tratado de Lisboa, que a Islândia **seja comprada por um país rico** e que Durão Barroso **volte ao MRPP.** Para bem da Europa, desejo que os ingleses **continuem a vir para o Algarve,** que a França **me convide para jantar com a Bruni** e que a Alemanha **melhore a qualidade da salsicha.**

Para terminar, só gostava de revelar que **eu não sou o avô cantigas,** porque ninguém ficou a saber isso durante a campanha. Daqui a cinco anos **vou voltar ao PCP.** •

As palavras a negro foram enviadas pelos leitores Cláudio Almeida, Francisco Carvalho, Fernando Castanheira, J. Fatal Moreira, José Caldeira, M. Pessanha, Pedro Bessa Cardoso, Rui Silva e Sara Pinhal



SÉRGIO PINHAL



DESTAQUE VII FÓRUM BANCA E MERCADO DE CAPITAIS

Banca nacional deve regressar às fusões para reagir à crise

Governo e Banco de Portugal defendem que a actual conjuntura, que coloca maior pressão sobre os bancos, deverá favorecer movimentos de consolidação.

Maria Ana Barroso, Maria Teixeira Alves e Rui Barroso
maria.barroso@economico.pt

A crise financeira e económica poderá precipitar movimentos de consolidação. Influência ou não de um contexto particular, de conjuntura muito negativa, o regresso ao tema das fusões foi ontem posto de novo na mesa, sem pruridos, pelo Banco de Portugal e pelas Finanças, no VII Fórum Banca e Mercado de Capitais do Diário Económico. E corroborado pelos banqueiros.

"A banca nacional poderá passar por uma fase de consolidação", assumiu o secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Costa Pina. Face às "limitações ao crescimento económico" trazidas pela crise e "a forte concorrência" obrigam a "criar instituições mais robustas", explicou o responsável.

Opinião semelhante tem o governador do Banco de Portugal que defendeu "mais consolidação no sector financeiro". Para Vítor Constâncio, "os bancos vão continuar grandes" e a concentração, nos países desenvolvidos, vai "aumentar ainda mais". Um processo que, considera, "deverá ser necessário".

A mensagem, reforçada também por alguns dos banqueiros presentes, de que o sector poderá ter de passar por um processo de fusões, surge numa altura em que a banca sofre uma maior pressão e em que, em Portugal, algumas instituições estão a ser alvo de consolidação forçada. É o caso do

BPN, que o Governo se prepara para vender.

Por outro lado, não foi assim há tanto tempo que se tentou uma fusão entre o BCP e o BPI, que anos antes esteve para concretizar uma concentração com outra grande instituição da banca nacional, o BES.

A tentativa do BPI de concretizar uma fusão com o BCP foi, de resto, recordada por Fernando

Ulrich, à margem da conferência. "Se as autoridades tivessem tido essa visão [em 2007], podiam ter tido consolidação em Portugal", lamentou. "O BPI fez uma proposta sensata e equilibrada de fusão com outro banco", mas a operação não avançou, precisamente "pelo peso que as autoridades têm nessa autoridade".

Nuno Amado defendeu igualmente que a consolidação será "um próximo passo". "Ainda não foi feita consolidação no sector suficiente, nem em Portugal nem a nível internacional", garante o presidente do Santander Totta. Com o actual "excesso de oferta" e "muito menos rentabilidade", "o passo seguinte são níveis de consolidação maiores".

Não serão, no entanto, apenas feitas de consolidação as mudanças no sector financeiro. Para o governador do Banco de Portugal, as alterações estruturais da banca resultarão ainda numa redução considerável da rentabilidade das instituições e mesmo numa diminuição da sua importância.

Vítor Constâncio lembrou ainda os efeitos que esta crise terá no repensar da regulação da banca em todo o mundo. Medidas como a redefinição do perímetro regulado, que fará desaparecer o "sistema bancário sombra", a redução do carácter pró-cíclico da regulação e a introdução de um limite máximo para a alavancagem dos bancos são algumas das medidas mais relevantes em implementação a nível internacional. ■

Ex-presidente da CMVM defende BdP

O antigo regulador, Álvaro Dâmaso, procurou identificar os responsáveis pela crise financeira que se iniciou no Verão de 2007. E referiu que "a culpa não é só de um agente nem de um só factor", tendo de ser repartida pelos financeiros, pelas famílias, pelos políticos. Isto porque, defendeu, todos estes agentes "quiseram sempre mais". O antigo líder da CMVM também não descartou a responsabilidade da "ingenuidade dos reguladores". No entanto, Álvaro Dâmaso condenou o "desproporcionado ataque feito ao Banco de Portugal" e recordou escândalos financeiros que se passaram nos EUA que "não beliscaram a credibilidade dos responsáveis pela Fed". E exemplificou com os casos da Fannie Mae, da AIG, entre outros. O antigo regulador atribuiu à concepção de derivados não regulamentados e a processos de gestão fraudulentos um comportamento activo na origem da crise.



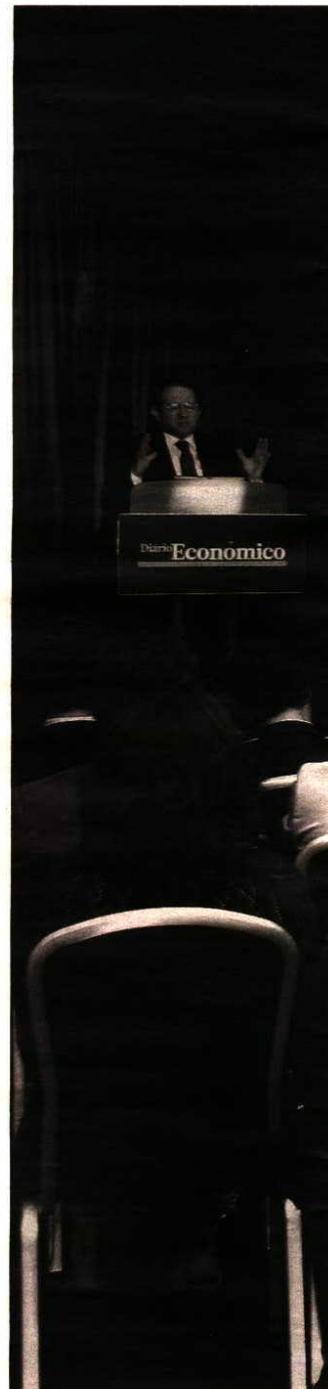
Álvaro Dâmaso destacou que ainda é cedo para festejar o fim da crise. "Politicamente a crise chega sempre amanhã e a recuperação na véspera", afirmou.

FUSÕES NA BANCA

As consolidações mais relevantes na banca dos últimos 15 anos.

Banco Oferente	Banco Adquirido
1995 BES	BIC
1996 BPI	Banco de Fomento
2000 BCP	Banco Mello
BCP	Banco Pinto & Sotto Mayor
Santander	Crédito Predial Português
Santander	Banco Totta & Açores
2003 Banco Popular	BNC
Crédito Agrícola	Central Banco de Investimento
Banif	Banco Comercial dos Açores

Fonte: Diário Económico



PONTOS-CHAVE

▶ Num contexto de forte turbulência nos mercados monetários e financeiros, em 2008, houve uma quebra no preço das acções. Em Portugal a desvalorização foi de 50%.

▶ O 'spread' da dívida pública portuguesa face à alemã está em queda desde Março, estando, na primeira quinzena de Junho, próximo dos 91 pontos base.

▶ Os depósitos de clientes cresceram 12% em Dezembro de 2008 e contribuíram para melhorar a posição estrutural de liquidez do sistema bancário português.



João Paulo Dias

O governador do Banco de Portugal na conferência do Diário Económico defendeu a necessidade de aumentar as concentrações na banca.

Portugal tem de melhorar a supervisão

Costa Pina alerta que ainda persistem "importantes ameaças" ao sistema bancário.

Portugal tem de melhorar os seus mecanismos de supervisão. Quem o diz é o secretário de Estado do Tesouro e Finanças, que defende a necessidade de "olhar para a frente e retirar lições da crise e dos seus efeitos em Portugal".

Carlos Costa Pina, na conferência do Diário Económico, frisou que "a crise fez emergir ou agravou situações de irregularidades graves já participadas às autoridades judiciais", numa referência aos casos BPN e BPP. Casos que não podem deixar ninguém indiferente, nas palavras do responsável, que relembra que o Governo está a trabalhar, em conjunto com os reguladores, para "identificar as áreas de aperfeiçoamento legislativo para o sector financeiro, ao nível dos regimes de intervenção e saneamento das instituições, e dos poderes e instrumentos de acção dos reguladores".

Este é um reconhecimento de que as medidas tomadas ao longo de 2008 ao nível da regulação e legislação são insu-



Carlos Costa Pina disse que "a conjuntura de crise tem tido efeitos correctores na evolução da poupança e redução do endividamento das famílias".

ficientes, nomeadamente, a introdução de um regime de fiscalização e de sanção contra-ordenacional, as medidas preventivas e repressivas de combate ao branqueamento ou até o reforço de competências do Banco de Portugal e de solidez financeira das instituições de crédito.

O futuro da banca nacional, além de passar pela consolidação no mercado interno, deve também passar pela tentativa de crescimento nos mercados internacionais, defende Costa Pina. O responsável, apesar de reconhecer que o sistema bancário e financeiro nacional "tem resistido com notável estabilidade" à maior crise financeira das últimas décadas, deixou ainda uma nota de alerta para o facto de ainda persistirem "importantes ameaças" ao sistema bancário, "para as quais é importante estar preparado". ■ M.S.

Schroders prevê recuperação lenta

Keith Wade acredita que, no curto prazo, o problema da economia será a deflação.

Rui Barroso
rui.barroso@economico.pt

Há sinais positivos, mas a dimensão da crise causa incertezas sobre a saúde da economia mundial. Isto porque, historicamente as recessões provocadas

por crises financeiras são mais longas e profundas. Esta é uma das ideias defendidas pelo economista-chefe da gestora Schroders, Keith Wade. O especialista referiu, na conferência do Diário Económico, que entre os factores positivos estão a descida dos 'spreads' (prémios de risco) que os bancos têm de pagar para se financiarem e a subida verificada no preço das acções das instituições financeiras. No entanto,



O economista-chefe da Schroders, Keith Wade, espera uma retoma débil e lenta e estima que os bancos centrais vão manter os juros baixos até ao final de 2010.

para Wade há sinais de apreensão, como os desequilíbrios económicos globais. O especialista destacou ainda que, no curto prazo, o risco é de deflação e não de deflação. Para além disso, outro dos motivos de preocupação é o facto de os cortes de juros dos bancos centrais ainda não estarem a ter reflexo no consumo, o que o leva a prever um cenário de taxas de juro baixas até ao final de 2010. ■



DESTAQUE VII FÓRUM BANCA E MERCADO DE CAPITAIS

Como os bancos querem combater a crise

Alteração do modelo de negócio e a internacionalização são algumas das prioridades.

Rui Barroso

rui.barroso@economico.pt

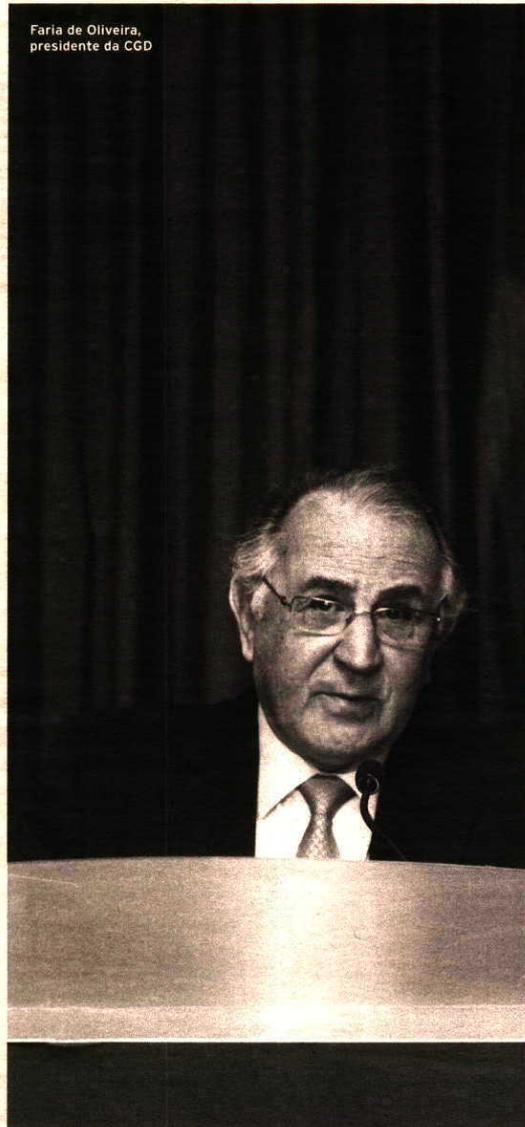
Os banqueiros presentes no Fórum Banca e Mercado de Capitais debateram de que forma o sector financeiro pode manter-se competitivo e promover um efeito benéfico na economia nacional.

Para o presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), Faria de Oliveira, uma das soluções passa pela disponibilização de capital de risco, que considera ser "uma forte alavanca no crescimento económico". Por outro lado, destacou a importância de conceder financiamento às empresas nacionais que pretendam internacionalizar-se. Isto porque um dos pontos mais reflectidos durante o debate foi a necessidade de se aumentar as exportações para ajudar a melhorar a situação da economia nacional. "O sector exportador é fundamental para a

Banca quer reforçar apoio a empresas que contribuam para o aumento das exportações nacionais.

nossa economia reduzir o défice externo", referiu o líder do banco estatal. Também o administrador do BES, Joaquim Goes, reforçou a importância do apoio à internacionalização das empresas, referindo que "o apoio à internacionalização do tecido empresarial nacional constitui um eixo primordial do papel da banca no reforço da competitividade da economia nacional".

Outra das ideias fortes do evento foi que sem competitividade na banca, não existe desenvolvimento económico. O presidente do Santander Totta, Nuno Amado, destacou que "o PIB cresceu com forte apoio do endividamento, baseado no papel da banca no crescimento do crédito bancário". E, num cenário em que existem riscos para os resultados das instituições do sector, o controlo de custos também esteve em foco. O líder do BPI, Fernando Ulrich, criticou "as regras rígidas das convenções colectivas", sublinhando que os custos do trabalho são mais elevados na banca que na generalidade das empresas a operar em Portugal. "Não é sustentável gerir Bancos no século XXI com regras e mecanismos dos anos 70 e 80 do século XX", concluiu. ■



Faria de Oliveira, presidente da CGD

CGD cria dois novos fundos de capital de risco

A Caixa anunciou ontem a criação de dois novos fundos de capital de risco no âmbito do papel de parceira das empresas - o Fundo Caixa Empreender com capital de 25 milhões de euros e o Fundo Mezzanine no valor de 150 milhões. O presidente da CGD, na sua apresentação, elencou ainda as ameaças ao sector bancário e a forma de as neutralizar. Numa conjuntura de crise financeira e económica, "existem diversas ameaças à conta de resultados dos bancos portugueses". Faria de Oliveira falou da pressão na margem financeira e do aumento do crédito mal parado. Para evitar esta situação aconselha o controlo de custos e a transferência do aumento dos custos financeiros para o cliente. Um novo modelo de negócio mais tradicional é o que pressagia o presidente da CGD, que passa por mais depósitos, menos risco no crédito concedido e maior

ajustamento do preço ao risco. Em relação à crise de liquidez, Faria de Oliveira diz que a banca deve focar-se na captação de depósitos e crescimento selectivo do crédito. E quanto ao mal parado, o presidente da CGD prevê a criação de dotações extraordinárias e a recuperação de crédito como unidade de negócio. Já na gestão activa da base de capital a resposta virá de aumentos de capital e venda de activos não estratégicos. Em relação à desaceleração da economia a banca deve procurar diversificações geográficas e consolidação interna. ■ M.T.A.

"Banca deve procurar diversificações geográficas e consolidação interna."



Fernando Ulrich, presidente do BPI

Ulrich quer revisão urgente dos benefícios na banca

Sem procurar relembrar razões da crise ou dificuldades comuns sofridas pelos bancos um pouco por todo o mundo, o presidente do BPI quis, como o próprio admitiu, aproveitar "o tempo de antena" dado pelo Fórum para lançar a discussão sobre um tema que considera urgente: a rigidez do actual modelo social da banca. Para Fernando Ulrich, a actual crise só torna ainda mais pertinente a discussão de um problema que, na sua opinião, há muito precisa de sofrer alterações. "O modelo social do sector bancário é insustentável tal como está", alertou. Consequência do acordo colectivo de trabalho que rege o sector bancário há mais de vinte anos, existe um conjunto de benefícios para os trabalhadores bancários que se verificam anualmente, independentemente do contexto envolvente. É o caso das actualizações salariais

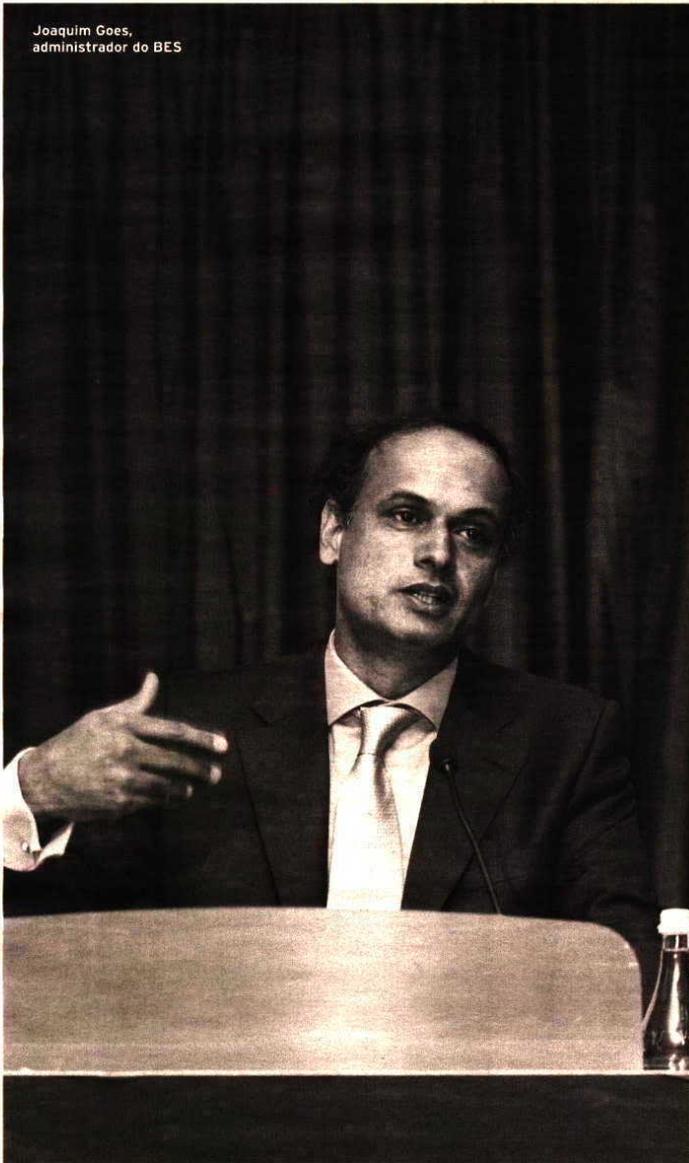
anuais, das promoções obrigatórias por mérito, mas também por antiguidade, e existência de um horário de trabalho mais curto do que nos restantes sectores económicos. "Temos custos de pessoal mais elevados que a generalidade das empresas", disse, lembrando que "num mundo em mudança permanente, esta rigidez de negociação colectiva não faz sentido". Muito menos quando a banca está pressionada por maiores necessidades de capital, menor alavancagem e estimados futuros menores níveis de rentabilidade. ■ M.A.B.

"Modelo social da banca é insustentável tal como está", denuncia Ulrich.



Fotos: Paulo Figueiredo

Joaquim Goes,
administrador do BES



O sistema financeiro tem de saber ler as lições da crise

“O que o sistema financeiro pode e deve fazer é ter uma capacidade de leitura dos ensinamentos da crise”, defendeu ontem Joaquim Goes, administrador do Banco Espírito Santo (BES). “O modelo de negócio dos bancos tem de ser muito menos baseado na concessão de crédito e muito mais assente na captação de poupanças”, sublinhou o responsável. A adaptação do sector bancário a este novo contexto passa, sobretudo, por uma aposta na “optimização do ‘mix’ de receitas”, por uma “redução dos custos operacionais” e por uma “gestão proactiva dos riscos”. Na optimização das receitas bancárias, Joaquim Goes defende como essencial nessa estratégia uma aposta na “diversificação geográfica para mercados com maior potencial de crescimento”. Já o corte de custos terá de passar, por exemplo, pela “renegociação de contratos com fornecedores”, pela promoção do recurso ao ‘outsourcing’ e pela aposta numa estratégia “multicanal”. “O nosso objectivo é que, em 2012, 25% das vendas sejam feitas por canais alternativos” ao balcão tradicional,

adiantou o administrador do BES. Joaquim Goes defendeu ainda, durante a sua apresentação no Fórum do Diário Económico, que o sector bancário tem um papel, através do apoio à actividade dos vários agentes económicos, na recuperação económica em Portugal. O administrador do BES lembrou, por exemplo, que a internacionalização do tecido empresarial, que a banca pode apoiar financeiramente, “é uma das alavancas centrais para o reposicionamento económico nacional”. Para o administrador do BES, tendo em conta que o tecido empresarial nacional possui um elevado nível de endividamento, a banca tem também aí uma função. ■ **M.A.B.**

“Negócio dos bancos tem de ser menos baseado na concessão de crédito e mais na captação de poupanças.”

Nuno Amado,
presidente do Santander Totta

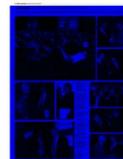


Nuno Amado alerta para erros a evitar e pede prémios à prudência

O presidente do Santander Totta, Nuno Amado, alertou para os cinco erros que as autoridades devem evitar, nomeadamente pensar que o sector financeiro internacional se pode normalizar sem que se normalize o mercado do crédito. Para além disto, o responsável considera errado “que se permita continuar a operar bancos débeis como se não o fossem e como se não estivessem pouco solventes. Ou se capitalizam ou reestruturam”. Amado realçou ainda que a salvação dos bancos tem de ser acompanhada por uma profunda reestruturação nos seus modelos de negócio. O líder do Santander Totta destacou também a importância de premiar a prudência. “Não se deve dar vantagens a bancos resgatados que mantenham as práticas incorrectas”, disse. Por último, acrescentou que “não se deve demonizar os bancos globais”, já que, considera, os modelos de negócio dessas instituições permitem reduzir o risco sistémico. Em relação ao futuro, Nuno Amado defende que se está numa fase de incerteza: “Estamos na terceira

vaga e não sabemos quão profunda é nem onde nos vai levar”. Assim, o responsável frisa que se deve “suportar mais as empresas viáveis e os projectos estratégicos”, em detrimento das empresas “menos boas”. Em relação aos créditos a particulares, o banqueiro afirma que se deve “transformar taxas variáveis em taxas fixas a longo prazo, porque se houver um cenário de inflação haverá subida da Euribor e menos rendimento disponível numa parte significativa das nossas famílias”. Em relação ao aumento da concessão de crédito, o presidente do Santander Totta alertou que se os níveis de poupança não aumentarem, não será possível manter o crescimento do crédito. ■ **R.B.**

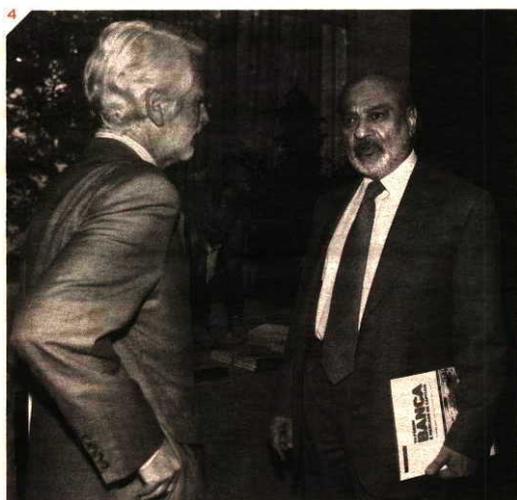
O presidente do Santander Totta defende que os créditos a taxa variável evoluam para taxa fixa.



DESTAQUE VII FÓRUM BANCA E MERCADO DE CAPITALIS



Fotos: Paulo Figueiredo e João Paulo Dias



1 Aspecto da assistência que encheu a sala do Hotel Sheraton, em Lisboa, onde decorreu o VII Fórum Banca e Mercado de Capitais do Diário Económico.

2 Rui Leão Martinho, presidente do conselho de administração da Tranquilidade, e Luís Laranjo, presidente executivo da Caixa Banco de Investimento.

3 Bruno Proença, director adjunto do Diário Económico, recebe o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio.

4 António Marta, antigo administrador do Banco de Portugal e Abdool Vakili, presidente do Banco Efisa.

5 Álvaro Dâmaso, ex-presidente da CMVM.

6 Carlos Costa Pina, secretário de Estado do Tesouro e Finanças, cumprimenta Fernando Faria de Oliveira, presidente da Caixa Geral de Depósitos.

7 Leonardo Mathias, director geral Espanha e Portugal da Schrodgers, à conversa com Horácio Roque, presidente do Banif.

8 Luís Bento dos Santos, administrador do Santander Totta, com António de Sousa, antigo governador do Banco de Portugal e ex-presidente da CGD.

9 Manuel Fino, presidente da Investifino, cumprimenta Fernando Ulrich, presidente executivo do Banco BPI.





ID: 25579042

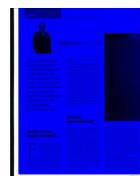
18-06-2009

O governador do Banco de Portugal
Vítor Constâncio defendeu ontem que
a crise fará repensar a regulação da banca.

Banco de Portugal e Governo querem fusões na banca

No VII Fórum Banca e Mercado de Capitais do Diário Económico, Governo, Banco de Portugal e banqueiros defenderam uma maior concentração na banca. O secretário de Estado, Carlos Costa Pina, afirmou que a supervisão terá de melhorar. — P4 A 8





Opinião

JOSÉ PACHECO PEREIRA Professor



A lagartixa e o jacaré

Só vale a pena dizer aos portugueses a verdade, mesmo que custe, mesmo que pareça não dar votos, tudo o resto é inútil. Vamos ter uns meses estranhos, que só podem ser ou de pura irreabilidade, ou de pura realidade. Não há meio termo

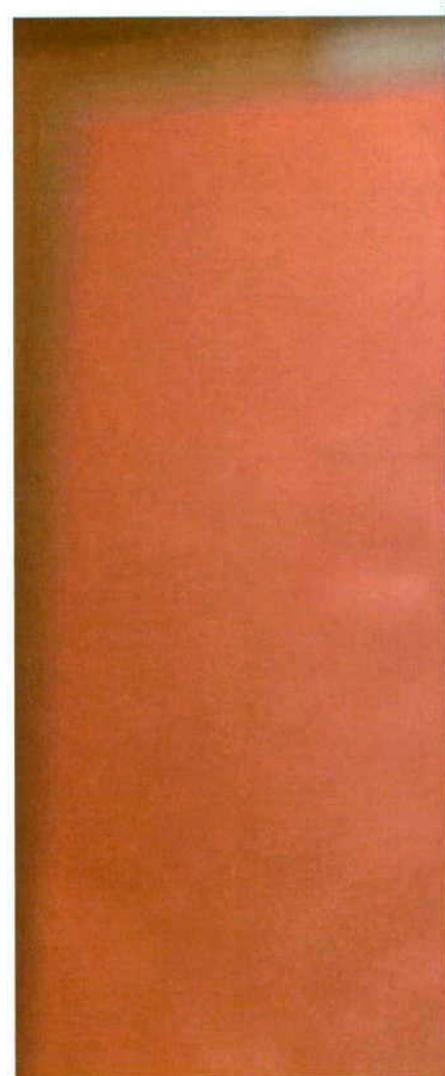
na democracia) e uma das menores taxas de esperança.

Um País cansado e deprimido, que já percebeu que todos os sacrifícios que fez nos últimos seis ou sete anos foram perdidos e que tem que recomeçar tudo outra vez. Um País em que todos os discursos estão gastos, o das "reformas" quando mais reformas são necessárias, o de "apertar o cinto" quando vai ser precisa muita austeridade, o da "luz ao fundo do túnel" quando só se vê escuridão.

Só vale a pena dizer aos portugueses a verdade, mesmo que custe, mesmo que pareça não dar votos, tudo o resto é inútil. Vamos ter uns meses estranhos, que só podem ser ou de pura irreabilidade, ou de pura realidade. Não há meio termo. •

Sócrates no seu labirinto

Sócrates é muito hábil, muito esperto no sentido em que o termo se demarca de inteligente. "Polymekanos" como Ulisses, salve-se a gigantesca distância entre o grego e o português. Duvido que seja tão intuitivo como se diz que ele é, o "animal político", porque há ali muita coisa de construído por assessores, por agência, depois materializado no bom repetidor e actor que sem dúvida é. É mais zangado e agressivo contra as contrariedades do que firme, mas uma coisa passa por outra com facilidade. Precisa dessa encenação de autoridade para ser temido e não hesita em usar os instrumentos da autoridade e da vingança para ser temido.



Ora, quase tudo isto soçobrou, menos os instrumentos, que ainda lá estão em S. Bento a ser usados. Ele é o mesmo, o mundo não. Este é um risco que Sócrates corria desde sempre, porque quando se vive numa redoma de imagem profissional (muito nítida nos últimos dias de campanha das europeias em que repetia sempre a mesma "mensagem"/ mensagem, preparada para ele), corre-se o risco de, uma vez partida a redoma, o ambiente exterior se tornar muito corrosivo.

E, uma vez na mó de baixo, está-se muito, muito, na mó de baixo. Até nisso muita gente é situacionista, a expressão que tenho usado para descrever a conformidade preguiçosa ou activa com o poder

Vamos ter uns meses estranhos

Férias e eleições. Melhor: crise, férias e eleições. Melhor ainda: crise, férias e eleições com o primeiro-ministro imbatível, batido, a senhora que "não acerta uma" (*sic*), vencedora, a maior extrema-esquerda da Europa, um dos maiores PCs europeus. Muito melhor ainda: tudo isto e mais uma das maiores taxas de descrença nos políticos e nos partidos (e mesmo

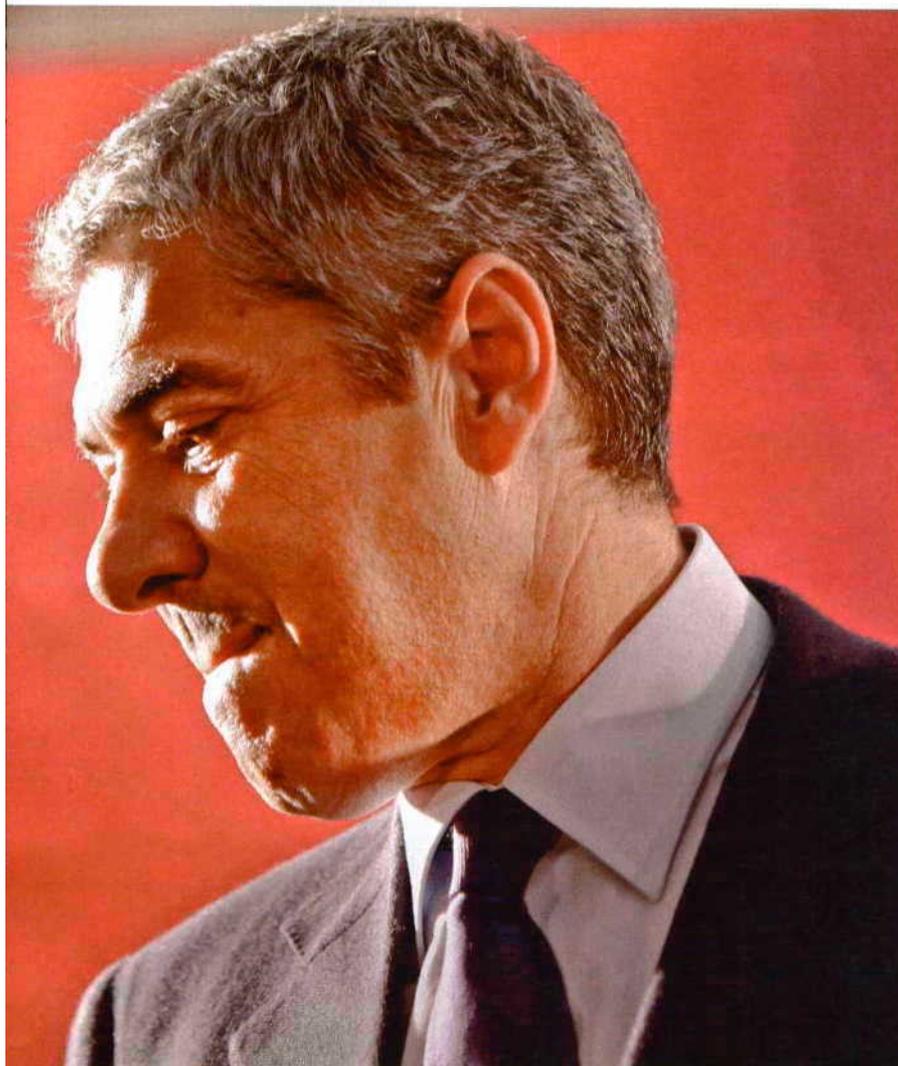


Quem nasceu para lagartixa nunca chega a jacaré PROVÉRBIO POPULAR

www.sabado.pt

Opinião

Nova crónica exclusiva no site às quartas-feiras



instalado. Quando alguém está na mó de baixo há sempre alguém que nunca mexeu uma palha que vai lá bater, atirar a sua pedra. Somos bons no louvaminhar e no bater nos fracos.

Este é o labirinto em que Sócrates pode estar metido. Ele vai dar luta, com aquela determinação que tem e que o faz ultrapassar dúvidas e escrúpulos. Mas se repete a mesma receita de ontem, o que resultava no passado hoje vira-se contra ele. E a encenação de humildade e outras teatrics não resultam pela desadequação do actor. Na mesma peça não se pode ser um bom Capuchinho quando se é reconhecido por todos como um bom Lobo Mau. Este é o labirinto de Sócrates. ●

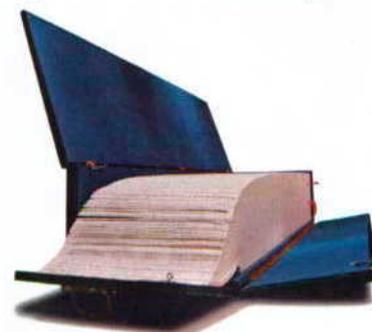
Agora é a vez de o governador do Banco de Portugal...

...usar o mesmo tipo de "argumento" que o Governo usa sempre: aconteceu assim porque tinha que ter acontecido. Não vimos nada, no BCP, no BPN, no BPP, porque nada havia lá para ver. Agora que há, já vimos. Foi tarde? Foi, mas não podia ser mais cedo, porque o que estava lá estava invisível. Mas não era suposto que a supervisão – reparem no termo SUPERVISÃO que, mesmo com uma pequena entorse semân-

tica, é SUPERVISÃO, como a do Super-homem – visse o que outros não viam, não podiam ver, ou seriam iludidos a não ver? Não. A supervisão só viu o que havia para ver. O que é que havia para ver? Nada que não quisessem que nós não vissemos. Tudo que aconteceu, tinha que ter acontecido. Por isso é que não há responsabilidade. ●

Na Torre do Tombo está exposto o tratado de adesão de Portugal à Comunidade Europeia

E vale a pena levar lá as criancinhas e os adultos que em matéria europeia ainda são criancinhas a ver fisicamente o Tratado de Adesão de Portugal à então Comunidade Europeia, hoje União Europeia. Aqueles quase dois metros de folhas de papel dizem muito sobre o pendor burocrático dos "assuntos europeus", mesmo descontando o facto de haver cópias em várias línguas. Imagino como seria se fosse hoje. ●





Opinião



José Pacheco
Pereira 8



INVESTIGAÇÃO ■ DINHEIRO CIRCULOU EM CONTAS DO BPN CAYMAN

10 milhões em offsho

Valentim Loureiro, os seus dois filhos e o vice da Câmara foram alvo de buscas por suspeitas de

● ANA ISABEL FONSECA/
/TÂNIA LARANJO TEXTOS
JOSÉ REBELO FOTOS

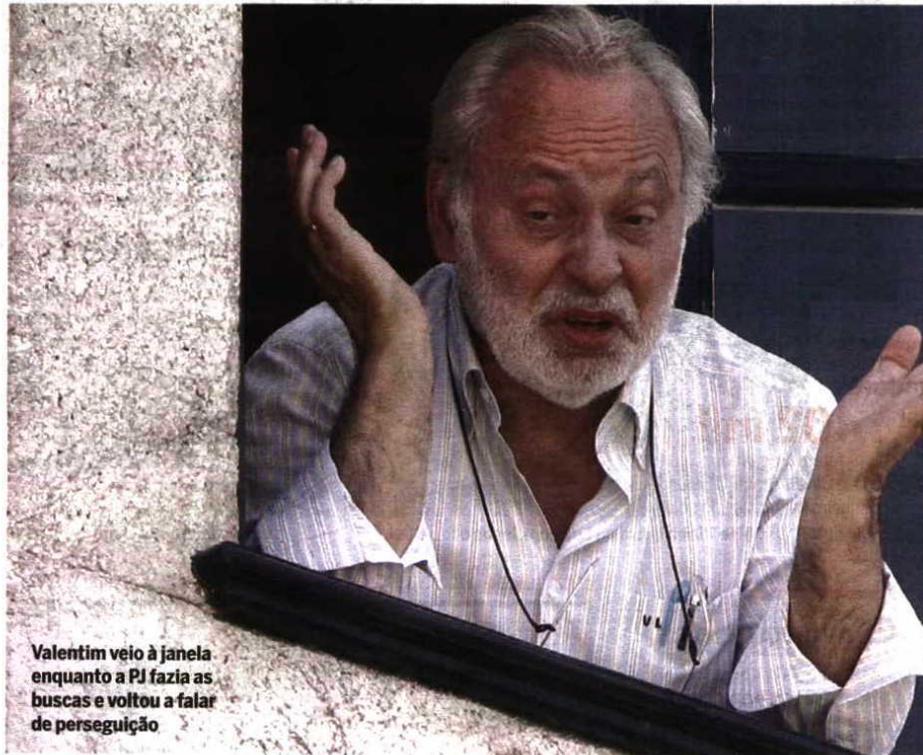
Cerca de dez milhões de euros encontrados em offshores levaram ontem a PJ à Câmara de Gondomar, à casa de Valentim Loureiro e também à residência dos seus filhos Jorge e Nuno. As autoridades tentam perceber a origem do dinheiro e o porquê de o mesmo ter sido depositado em paraísos fiscais. Estão em causa suspeitas de branqueamento, fraude fiscal e corrupção.

As quantias em causa foram detectadas durante a investigação ao negócio da Quinta do Ambrósio. Foi nessa altura que a PJ percebeu que Jorge e Nuno Loureiro eram titulares de duas contas no Finibanco Cayman, enquanto Luís Oliveira (vice da Câmara) e Américo Neves (presidente do Sousem) tinham contas no BPN Cayman.

Os valores das transferências são elevados. Por exemplo, para a conta de Américo Neves foram transferidos, em Dezembro de 2003, 899 mil euros de uma sociedade desconhecida; a 10 de Março de 2004 foram creditados 400 mil euros na conta dos filhos de Valentim. A 29 de Junho do mesmo ano os valores aumentaram. Quase oito milhões e meio foram depositados em nome de uma sociedade. Depois foram feitas transferências de valores menores para empresas de familiares de Valentim.

Encontrar o rasto deste dinheiro foi o objectivo dos investigadores que ontem começaram as buscas numa das casas de Valentim, situada na Foz do Porto. As diligências demoraram pouco mais de meia hora e resultaram na apreensão de alguns documentos guardados no escritório.

"A polícia esteve em minha casa de manhã e de facto levaram alguns documentos que, na minha opinião, não vão ter qualquer interesse", explicou mais tarde o autarca, visivelmente indignado com



Valentim veio à janela enquanto a PJ fazia as buscas e voltou a falar de perseguição



Luís Oliveira entra na Câmara com elementos da PJ



Casa de Valentim também foi alvo de buscas

nova intervenção das autoridades.

As buscas da PJ continuaram, com Valentim Loureiro a ser acompanhado pela Judiciária até à Câmara, onde mais 18 inspetores o esperavam.

As buscas começaram no gabinete da presidência. Valentim Loureiro garante que aí nada foi apreendido. "Do meu gabinete garantivos que não levaram um único papel. Estão a tentar derrubar-me, mas ninguém derruba o Valentim Loureiro", gritou à janela, ainda durante a manhã, e enquanto a acção policial decorria.

Segundo apurou ainda o Correio da Manhã, as buscas efectuadas pelos inspetores estenderam-se também aos gabinetes do vice-presidente Luís Oliveira e da vereadora Germana Rocha, responsável pela Divisão de Recursos Humanos e Gabinete de Estudos Estratégicos. ■



Ao final da tarde, Valentim Loureiro aceitou falar com os jornalistas numa conferência

🔍 PORMENORES

● **TELEFONEMAS**
Durante a maior parte do dia o major permaneceu no seu gabinete, onde passou todo o tempo ao telefone. O tom de voz exaltado era audível para quem passava na rua.

● **"ELEIÇÕES À PORTA"**
Valentim Loureiro afirmou que as buscas da Polícia Judiciária são apenas mais um ataque para o tentar derrubar. "As eleições estão mesmo à porta e isso diz tudo", afirmou.

● **APOIO DOS ELEITORES**
O autarca diz ter recebido durante o dia várias manifestações de apoio por parte dos eleitores. Valentim fez questão ainda de afirmar que Gondomar está do seu lado.

"Um dia normal na Câmara"

● As buscas efectuadas pela Polícia Judiciária na Câmara foram desvalorizadas pelos autarcas. À saída para almoço, os vereadores Castro Neves, arguido no processo 'Apito Dourado', e Fernando Paulo agiram como se nada se passasse e sorriram para os jornalistas. "Não demos por nada, se não fosse a presença da Comunicação Social tinha sido um dia normal na Câmara", disse o assessor de Valentim. ■



À saída, Fernando Paulo e Castro Neves sorriram para jornalistas



ID: 25575825

18-06-2009

QUINTA DO AMBRÓSIO | MILHÕES

No processo relativo à Quinta do Ambrósio foram também detectadas diversas transferências que envolveram contas no BPN Cayman e no Finibanco Cayman



BUSCAS | TRÊS DEZENAS

A Polícia Judiciária fez ontem cerca de trinta buscas domiciliárias a empresas e particulares. Os crimes em causa eram de branqueamento, fraude fiscal e ainda corrupção

LIGAÇÃO | COINCIDÊNCIA

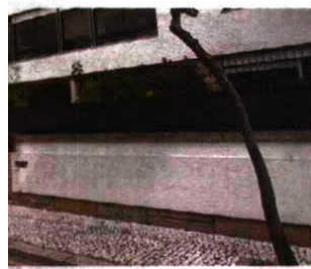
As buscas à JP Sá Couto nada têm a ver com a operação desencadeada contra Valentim Loureiro. Acontecem na sequência de uma inspeção das Finanças

res

branqueamento

Advogado abriu conta-fantasma

● A operação 'Apito Dourado' aconteceu a 20 de Abril de 2004. No dia seguinte as autoridades apuraram que o advogado de Luís Oliveira, António Araújo Ramos, abriu uma conta no BPN Cayman. Transferiu para essa conta cem mil euros de Américo Sousa Neves, também com conta na mesma sucursal-fantasma e presidente de um clube do concelho de Gondomar. No dia 23, o advogado recebeu novo depósito: um milhão e 380 mil, de Luís Oliveira. Nova transferência a 3 de Julho. O advogado recebeu mais 507 mil euros. ■



SAIBA MAIS

- **ILHAS CAYMAN**
A maioria dos envolvidos tinha contas no BPN Cayman e no Finibanco Cayman. O dinheiro passava por várias contas em poucas horas.
- **8,405 milhões de euros foram transferidos a 29 de Junho de 2004 do Finibanco Sucursal Cayman para uma instituição desconhecida. Nesse mesmo dia, dessa conta, foram transferidas duas verbas – um milhão e cinco mil euros e 400 mil, para contas da Companhia de Fiação e Tecidos de Ferro e para a Sociedade Actinvestec. Os filhos de Valentim são administradores.**
- **402 mil euros foram creditados na conta de Luís Oliveira no BPN Cayman. O dinheiro foi transferido de uma conta de um sobrinho de Valentim Loureiro.**
- **PAPÉIS NA SANITA**
Quando foi detido, em 2005, Luís Oliveira tentou destruir os documentos das contas offshore. Foi apanhado pela PJ a atirar papéis para a sanita.

Falsos prejuízos em causa

■ Uma investigação com cerca de quatro anos, visando a empresa JP Sá Couto, de Matosinhos (responsável pela comercialização e pelo fabrico do computador 'Magalhães'), levou ontem os elementos da Polícia Judiciária às instalações da fábrica para apreender documentação vária. Estão em causa cerca de cinco milhões de euros de uma alegada fraude que poderá passar pela imputação de falsos prejuízos. Além da JP Sá Couto há outras empresas envolvidas, também elas alvo de buscas judiciais.

Segundo o CM apurou, as autoridades optaram por fazer coincidir as duas operações (as buscas à JP Sá Couto e as que atingiram Valentim Loureiro e pessoas que lhe são próximas) por ambas decorrerem no Porto. Estava em causa evitar deslocamentos desnecessários dos investigadores, já que o processo se encontrava a cargo da Direcção Central de Combate ao Crime Económico da PJ, com sede em Lisboa. As buscas à JP Sá Couto começaram pelas 08h00 e terminaram ao final da manhã. Foram recolhidos

dos os elementos contabilísticos dos anos 2000, 2001 e 2002, depois de a inspeção feita pelas Finanças ter detectado suspeitas de fraude fiscal qualificada (cujo prazo de prescrição é de dez anos). Em comunicado, emitido durante a tarde de ontem, a empresa confirmou as buscas, mas negou a prática de qualquer irregularidade. "Esta visita foi curta e todos os documentos solicitados foram prontamente disponibilizados", pode ler-se no mesmo documento. Um dos administradores da empresa, João Paulo Sá Couto, desvalorizou as investigações, garantindo que os documentos agora levados pela PJ já tinham sido apreendidos pelas Finanças. ■

Investigação visou a JP Sá Couto, que comercializou o 'Magalhães'



Empresa JP Sá Couto foi ontem alvo de buscas das autoridades



SAD do Boavista lesou o Estado

Fraude no Bessa em julgamento

● Uma fraude milionária. A SAD do Boavista, assim como os três ex-administradores João Loureiro, (filho de Valentim), Carlos Pissarra e Vítor Borges estão acusados de lesar o Estado em 3,4 milhões de euros, entre 2001 e 2004. O julgamento, pelos crimes de abuso de confiança e fraude fiscal, deveria ter-se iniciado em Dezembro de 2008, mas foi suspenso para se apurar que parte da dívida já foi paga pelo Boavista através de um Plano Extrajudicial de Conciliação. ■

INSTRUÇÃO NO CASO QUINTA DO AMBRÓSIO

● O processo relativo à venda da Quinta do Ambrósio, em Gondomar, encontra-se em fase de instrução. Valentim Loureiro e Oliveira são arguidos no processo.

PENA SUSPensa PARA AUTARCAS

● Valentim e Oliveira foram condenados em pena suspensa no processo 'Apito Dourado'. Ambos arriscam a efectivação da sentença, se sofrerem outra condenação.

PERDER MANDATO COMO PRESIDENTE

● Uma das penas acessórias aplicadas a Valentim no caso 'Apito Dourado' foi a perda do mandato camarário. O MP quer que o mesmo se aplique ao próximo.

CORRUPÇÃO EM JOGO DO BOAVISTA

● Valentim é ainda arguido e deverá começar a ser brevemente julgado por suspeita de corrupção desportiva. Está em causa um jogo Boavista-Estrela



PJ busca 10 milhões a Valentim Loureiro



■ **Contas** suspeitas do autarca e filhos em paraísos fiscais

■ **Casa e Câmara** visitadas pela Polícia

PÁGS. 6 E 7

Finanças prometem uma solução para o BPN e BPP até ao fim do mês

Carlos Pina anunciou que terá, muito em breve, uma perspectiva da evolução futura do BPP e BPN. Entretanto, nem todos os bancos querem ajudar o BPP.

Maria Teixeira Alves
maria.alves@economico.pt

O futuro do BPN e do Banco Privado Português será decidido até ao fim do mês, revelou o Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, à margem do VII Fórum da Banca e Mercado de Capitais.

Carlos Costa Pina não quis adiantar mais pormenores sobre que destinos terão os dois casos problemáticos do sistema financeiro português, mas admitiu que no caso do BPP, a solução terá em conta o novo plano de recuperação e saneamento que o banco terá de apresentar brevemente ao Banco de Portugal.

Tal como o Diário Económico avançou na edição de ontem, a Privado Holding está a preparar um novo plano de viabilização do BPP que passa pela entrada de um novo accionista para liderar um, também novo, projecto bancário. Esta solução teria a vantagem de a carteira de retorno absoluto se manter no universo do BPP, ficando o novo investidor com a gestão desses títulos.

No entanto o ministério das finanças, no âmbito do chumbo ao plano de recuperação e saneamento apresentado pelo BPP em Abril, apresentou recentemente uma solução para os clientes do retorno absoluto do BPP. Essa solução passa pela criação de um instrumento financeiro que aglutine os títulos dos clientes, e que seria gerido (sem garantir o capital investido) pelos cinco maiores bancos portugueses. Esta solução envolve ainda o accionamento imediato do Sistema de Indemnização aos Investidores (SII) para pagar 25 mil euros por cada titular de conta.

Mas ao contrário do que seria de esperar, os bancos não deram o aval a esta solução. Segundo uma fonte de um dos bancos requisitados pelo Governo, desde o dia 1 de Junho que não há qualquer reunião com as finanças e não há qualquer acordo no

sentido de aceitar essa solução. Aliás, ainda estão à espera que a proposta das Finanças e dos reguladores seja formalizada por escrito, o que não aconteceu. Neste momento os reguladores estão a avaliar os activos que compõem a carteira do retorno absoluto (cerca de 70% são obrigações subordinadas).

Na última reunião os bancos aceitaram estudar a solução de gerir os títulos até à maturidade, desde que não tivessem que garantir o retorno absoluto e desde que essa tarefa fosse repartida pelos cinco maiores bancos. Isto porque a compra de dívida su-

bordinada consome capital aos bancos que se têm gladiado por manter os rácios de solvabilidade em níveis confortáveis.

Mas quando o ministro os confrontou com o accionamento do SII, os bancos que são também intermediários financeiros, discordaram e trataram de juntar pareceres jurídicos que sustentam que o caso dos títulos do BPP não cabe nas situações descritas no regime do SII.

Ainda assim as Finanças anunciaram o accionamento do SII e para que o sistema pague o mais rapidamente possível. O Governo aprovou em Conselho de Ministros uma alteração legislativa ao regime do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) para permitir que este organismo empreste dinheiro ao SII. Essa alteração legislativa está já no Presidente da República para ser promulgada, soube o Diário Económico. Esta foi a forma que o Governo encontrou para disponibilizar meios imediatos ao SII para pagar aos clientes do BPP. Isto porque, ao contrário do que acontece com o FGD, os intermediários financeiros podem contribuir para o SII com uma penhora de activos. E como a libertação das penhoras é um processo burocrático e moroso, o Governo optou por criar condições para o FGD adiantar esse dinheiro ao SII até que as penhoras sejam libertadas.

Carlos Pina, secretário de Estado das Finanças anunciou ainda - durante a sua apresentação no Fórum organizado pelo Diário Económico - que foi feita uma recente alteração ao regime do FGD, reduzindo o respectivo prazo de accionamento para 20 dias. Carlos Pina revelou na sua apresentação que tanto no caso do BPP, como no caso do BPN "teremos a muito curto prazo totalmente clarificadas as perspectivas de evolução futura das duas instituições". O BPN deverá ser privatizado, deixando para depois a venda de outros activos como o Banco Efisa, o BPN Brasil, o BPN França, entre outros. ■

A RETER:

● As Finanças terão para muito breve uma perspectiva da evolução futura quer do BPP, quer do BPN.

● A alteração ao regime do Fundo de Garantia de Depósitos que permitirá adiantar o dinheiro ao SII já está nas mãos do Presidente da República

● Há bancos, no grupo dos que foram chamados pelas Finanças a participar na gestão dos activos do BPP, que impuseram como condição para participar na solução que o SII não fosse accionado.

● O mercado espera que as Finanças anunciem a privatização do BPN, excluindo activos como BPN Brasil, Banco Efisa, entre outras que poderão ser vendidos em separado.



Carlos Costa Pina referiu ontem que será tomada em breve uma decisão quanto aos destinos do BPP e do BPN.

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, é hoje ouvido na comissão de inquérito ao caso BPN



Deputados

Actuação do BdP volta hoje à discussão no Parlamento.

Lígia Simões

ligia.simoes@economico.pt

Teixeira dos Santos protagoniza hoje a última audição na comissão de inquérito ao caso BPN antes da elaboração do relatório final, que será debatido no Parlamento a 3 de Julho. Os deputados vão reclamar ao ministro das Finanças a avaliação que faz à forma como a supervisão bancária acompanhou a situação do banco, cujo buraco financeiro acabou por ditar a sua nacionalização.

Também esta decisão estará sob escrutínio, nomeadamente, no que se refere à fundamentação e aos custos para o contribuinte. O plano do Governo sobre o futuro do BPN será outro dos temas



querem a avaliação do ministro à supervisão

que merecerá especial atenção por parte dos membros da comissão parlamentar.

“Queremos saber se o ministro mantém a confiança na supervisão bancária e qual a avaliação que faz da actuação do Banco de Portugal no BPN”, afirmou ao Diário Económico João Semedo deputado do BE.

Hugo Velosa, do PSD, aponta por sua vez para os aspectos concretos que levaram à nacionalização do banco. “Do ponto de vista político, importa saber se foi a melhor solução”, afirmou. Sallenta ainda que o ministro das Finanças será inquirido sobre se já estão tomadas decisões quanto ao futuro do BPN, nomeadamente a venda que já foi avançada como a solução favorita do Estado.

Fernando Teixeira dos Santos deverá reafirmar que decidiu na-

“Queremos saber de o ministro das Finanças mantém a confiança na supervisão bancária”, diz João Semedo do BE.

cionalizar não pelo prejuízo apurado de 700 milhões de euros, mas sim para proteger os 200 mil depositantes do banco, que representavam cinco mil milhões de euros em depósitos.

O relatório final vai apontar críticas à actuação da supervisão bancária, o que só será possível, porque a maioria PS o permitirá. Mas entre os socialistas e as restantes bancadas haverá diferenças de grau quanto à intensidade das críticas. Enquanto os primeiros defendem que deve ser afastado qualquer comportamento doloso ou negligente –pretendendo que o relatório seja o mais factual possível – a oposição inclina-se a apontar falhas ao actual modelo de supervisão

“Houve demasiadas negligências que se saldaram em falha grave”, afirma João Semedo do BE.

Já os deputados do PS salientam que se, por um lado, existe alguma compreensão para a actuação do BdP no BPN. Por outro, haverá necessidade de confrontar com o resultado concreto: “Não houve um bom desfecho”, afirma Ricardo Rodrigues, considerando que “pode ser razoável alguma crítica em geral (à supervisão nacional e internacional)”. A este respeito, Leonor Coutinho reforça que será necessário notar que “o estado de espírito a nível mundial mudou com a crise financeira”. Explica ainda que o caminho passa pelo alinhamento com as recomendações para a supervisão bancária europeia. Em causa está, diz, a fixação de novas regras para os rácios prudenciais de capital, como a fixação de um mínimo sem ponderação de risco. ■

NACIONALIZAÇÃO

Custo

Os deputados querem saber qual é o custo da nacionalização. Desejam ter resposta do ministro de quanto é que o Estado já investiu no BPN e como é que os contribuintes poderão ser ressarcidos.

PROPOSTAS DA CGD

Futuro do BPN

As finanças já têm todas as informações relevantes para suportar a decisão final definitiva. Os deputados querem saber se esta já está tomada e quais são as opções em análise (a venda e a integração na CGD).



Finanças
prometem
solução para
BPN e BPP até
ao fim do mês



Teixeira dos Santos,
ministro das Finanças

Deputados
exigem que
ministro
avalie hoje
a supervisão



Parlamento PS chumba moção apresentada pelo CDS/PP

José Sócrates foi igual a si mesmo e censurou a moção avançada pelo PP

Perante uma esquerda apagada e face à ausência de Paulo Portas, o debate centrou-se entre Portas e um primeiro-ministro mais determinado do que humilde

Leonete Botelho, Nuno Simas e Sofia Rodrigues

● Debatia-se uma moção de censura do CDS ao Governo, mas o Governo dedicou-se a censurar a própria moção, que seria chumbada apenas pelo PS, com a abstenção do PCP e do BE e os votos a favor do PP e PSD, unidos de novo. A oposição optou por fazer do debate umas primárias para o debate do estado da nação e nesse jogo o PS também entrou. Entre balanços, troca de críticas e uma quase total ausência de propostas para o futuro, restou uma certeza: José Sócrates não mudou de atitude perante o Parlamento. No máximo, terá baixado uns decibéis no volume de voz.

Paulo Portas, líder do partido censor, iniciou o debate explicando a iniciativa da moção pelo facto de o CDS querer "ser na Assembleia da República a voz e o ouvido de quem censurou nas urnas" o partido do Governo. "Os portugueses cansaram-se do excesso de propaganda e de défice de autenticidade", acusou Portas, defendendo que Sócrates dificilmente conseguirá passar de "animal feroz" a "português suave, modesto, humilde". "Essa imagem não cola consigo", considerou.

A grande expectativa sobre a humildade com que o primeiro-ministro iria temperar a sua primeira intervenção desfez-se nos primeiros instantes.

José Sócrates começou ao ataque ao CDS e à sua moção de censura: "Esta iniciativa é, com certeza, formalmente legítima mas politicamente sem sentido, [porque] totalmente inútil e inconsequente." Sócrates apenas lhe viu um mérito: "Recordar ao país a política de truques e de expedientes em que o CDS se tornou especialista."

Se alguém ainda tinha dúvidas sobre que José Sócrates estava ali para o confronto com a oposição, o próprio respondeu à letra: "Animal feroz, humildade... Uma coisa nunca farei, é brincar aos políticos e à política." Encarnado na sua própria natureza, Sócrates não precisou de artifícios para fazer um discurso ao seu estilo. Acusou a oposição de tentar "instrumentalizar" os resultados das eleições europeias, confundindo-as com as legislativas. Fez a comparação entre o Governo - "concentrado na sua responsabilidade que é combater os efeitos da crise" - e a oposição, cuja "única proposta é parar o país".

Tal como anunciara na comissão política da passada segunda-feira, Sócrates afirmou ali que o Governo vai "prosseguir o rumo", ainda que agora acrescente a mensagem de que o fará "ouvindo as pessoas, explicando o melhor as políticas, mobilizando as energias de todos". Mas "com a atitude de sempre: determinação na acção". Em dois dias, a humildade deu lugar à determinação. E foi esta que o PS aplaudiu de pé, durante um bom minuto. À excepção de Manuel Alegre.

O PSD sem Rangel

Ao longo de três horas e meia, o debate deu-se sobretudo entre Sócrates e o CDS. Com Paulo Rangel ausente em Bruxelas para a reunião preparatória do PPE, o PSD trouxe à ribalta o seu vice-presidente José Pedro Aguiar-Branco, mas acabou por esvaziar o duelo anunciado com o vencedor das eleições europeias. Fica para o debate quinzenal da próxima semana, dedicado ao estado da nação, a 2 de Julho. O PSD apostou no confronto sobre o TGV (ver texto na página 4) e sobre a justiça, mas aqui acabou por dar argumentos ao primeiro-ministro: "Não têm nenhuma autoridade para falar porque - coisa nunca vista! - violaram um pacto de Estado sobre justiça."

Na sombra preferiu colocar-se a esquerda opositora. Jerónimo de Sousa, do PCP, e Francisco Louçã, do Bloco de Esquerda, limitaram-se a fazer uma pequena intervenção inicial, resguardando-se também para os próximos debates. O líder do PCP aproveitou para questionar o rumo do Governo: "Manter o rumo? Para quê? Para desvalorizar os salários, pensões, reformas?" Este caminho, considera Jerónimo, tem um destino: "Não acha que se mantiver esse rumo vai bater com a cabeça - salvo seja - na parede?"

O palco era, ainda assim, quase todo para o CDS e o primeiro-ministro. E este estava bem afinado com a direcção da bancada e com o Governo. O líder parlamentar socialista, Alberto Martins, protagonizou um dos momentos mais crispados do debate, ao considerar a moção de censura "uma usurpação política ilegítima da vontade popular electiva", ou, por outras palavras, "um triste espectáculo, um manobrismo infantil sem sentido de Estado".

A honra de Portas

Paulo Portas pôde, assim, usar o seu habitual pedido de defesa da honra: "Esse argumento [usurpação da vontade popular] é autoritário", ripostou, acrescentando que os resultados das eleições não foram mera "insatisfação - foi um tombo". Alberto Martins não desarmou e repetiu a fórmula: "O CDS utilizou esta moção com desvio de finalidade e abuso de poder político."

José Sócrates apanhou a boleia e lembrou que o próprio Paulo Portas, depois das europeias de 2004 em que a coligação PSD/CDS foi derrotada, afirmou no Parlamento que "para o Governo de Portugal vota-se em 2006". "O que é extraordinário é que o PSD anda a reboque do CDS, mas isso é lá com a direita e a sua disputa de liderança."

No final, sobram as trocas de acusações sobre falta de projecto político. Aguiar-Branco fez um duro balanço deste Governo: "Uma governação falhada de um governo empedernido, de um primeiro-ministro esgotado." E apresentou a alternativa do PSD: "Uma política de verdade." Diogo Feio apontou a "falta de conceito estratégico" do PS e Nuno Melo elevou o CDS ao estatuto de "alternativa e bom governo".

Pelo Governo, coube ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amando, a última palavra: "A oposição trouxe poucas propostas para vencer a crise e nenhuma ideia programática para o país."

Portas ouviu Sócrates dizer que a moção do CDS era "totalmente inútil!"



O ataque de Louçã

O líder do BE acusou o PS de ter apresentado uma projecto de lei sobre trabalho domiciliário que permite que as crianças comecem a trabalhar aos 14 anos, e já não aos 16, desde que tenham a escolaridade mínima obrigatória. "No país de Sócrates é possível a roubalheira de ver crianças de 14 anos a coser sapatos em casa", acusou Francisco Louçã.

O primeiro-ministro negou em absoluto. "Nunca o PS apresentou projectos que permitam essa alteração que está a sugerir", afirmou Sócrates. Quem sentiu necessidade de responder foi o ministro dos Assuntos Parlamentares, para confirmar a proposta mas negar a idade.



Palavras-chave do "novo" e "velho" Sócrates

José Sócrates ensaiou ontem, no debate da moção de censura do CDS-PP, um novo discurso, na ressaca da derrota do PS nas europeias. Há ideias centrais que se mantêm intactas, a começar pelo combate à crise ou a determinação. Há também algo que não mudou na estratégia do primeiro-ministro no dia em que o Governo recuou no dossier do TGV, as críticas duras à oposição. Pode ter sido menos crispado que em momentos anteriores, mas Sócrates não poupou nos adjetivos.

Crise

É no combate à crise que Sócrates diz concentrar as energias do Governo. E é aí que justifica a sua acção em contraste com a oposição que o primeiro-ministro acusa de querer "parar" o país - usando como exemplo o pedido de suspensão do TGV em que PSD insiste há meses. A linha

política de combate à crise é clara e traduzida em poucas palavras: apoio ao investimento, ao emprego e protecção às famílias. Sem esquecer na ideia de que "os investimentos públicos prossigam". Subjacente está a ideia da governabilidade do país, expressa numa frase que os socialistas vão repetindo desde do Congresso de Espinho: "A última coisa que o país precisa é acrescentar uma crise política à crise económica."

Eleições

A repetição da palavra mostra o que mais preocupa o PS: o rescaldo das europeias e a perspectiva das legislativas. Sócrates insiste em dizer que é preciso travar o abuso das oposições ao quererem transformar as eleições europeias em eleições legislativas. "É um abuso que raia a arrogância", disse ontem, utilizando um



NUNO FERREIRA SANTOS



NUNO FERREIRA SANTOS

Crónica inútil, infantil e inconsequente

Comentário



Rui Cardoso Martins

● Em suma, um abuso e uma mistificação.

Muitas vezes pensei num caso da ciência política complexo: o debate entre Kennedy e Nixon, em 1960, quando John F. disse que nunca compraria um carro em segunda mão ao adversário. O futuro Presidente JFK ganhou à vontade para quem viu na televisão. No entanto, segundo as sondagens, no debate na rádio, que foi o mesmo, ganhou Nixon. A explicação, entre os especialistas, foi que na TV se viu o suor na testa de Nixon, que vestira uma roupa que se confundia com o cenário e escolhera mal a gravata, em suma, parecia um vendedor de automóveis em segunda mão.

Ontem tive oportunidade de me sondar nestes assuntos. Às voltas de carro pela cidade, a tratar da chamada vida, assistí (ouvi...) metade do debate do estado da nação, ou moção de censura, na rádio. Fora avisado de manhã, como outros portugueses que compram jornais, que o primeiro-ministro se transformara, do dia para a noite, num político "humilde", que o Governo reconhecia erros e adoptava outro estilo.

A rádio distorce a mensagem e, por assim dizer, a figura duma pessoa, pois se Nixon ganhou o debate que perdeu com Kennedy, também José Sócrates me não pareceu humilde. A rádio mentia: o primeiro-ministro falava orgulhoso, confiante nos seus decibéis de voz, e ainda mais enervado com os irresponsáveis da oposição do que é costume. Foi traumático porque o director do PÚBLICO me convidara, horas antes, a escrever um "texto sério" sobre

o debate e eu respondera que estava a escrever um episódio do Contra-Infomção em que o Padre Milícias (Malícias, nos bonecos) ensinava ao primeiro-ministro a humildade franciscana. Que S. Francisco de Assis descobrira a virtude e falava com os lobos e os "irmãos passarinhos", que o Zezito tentasse dizer "piu-piu". E experimentasse a vida mendicante, a comer do que as pessoas dessem. Ao que o primeiro-ministro respondeu ser o que faz há anos, mendigar votos. Brincadeiras, não um texto sério.

Agora, ou a rádio mentia ou eu comprometera o trabalho. Ouvia o Governo dizer que a oposição é "infantil" e "inconsequente", a moção de censura um "expediente inútil", e esta coisa que fica bem quando se está no poder: "Os tempos difíceis exigem rumo certo, exactamente o contrário do que pede a oposição, exigem vontade e determinação. Não é tempo de brincar aos truques políticos, senhores deputados!"

Em casa liguei a TV e vi que o fato se destacava na cerejeira, ou carvalho envernizado, do cenário do Parlamento, e a gravata muito bem, muito bem. Suor, nada. Mas, quanto ao conteúdo e à voz, nada acrescentava à rádio, a não ser que a oposição também montara um "abuso" e uma "mistificação".

Isto quer dizer que, mais do que o computador Magalhães, os socialistas deram ao mundo uma nova palavra "humildade", bastante portátil.

A minha filha entrou com a última gazeta da escola. "A política é implicar as pessoas", escreveu uma criança. "Os grupos políticos têm diferentes opiniões sobre as coisas", disse a minha filha.

O que uma criança de oito anos expressa limpidamente nem sempre é visto com humildade pelos grupos políticos. Agradeço a todos os que leram este texto, já tive dias melhores e vós também, imagino. Mantenham o rumo.

adjectivo que ouviu várias vezes contra si. O julgamento do seu mandato só acontecerá dentro de três meses - disse e repetiu no embate de ontem com os deputados. É uma forma de não ser posta em causa a legitimidade do Governo, nem dar por perdida a esperança de voltar a ser governo.

Determinação

Transmite a ideia de que o Governo não irá desistir e que é tempo de "continuar a lutar", uma das tónicas da intervenção inicial do primeiro-ministro. E recusou submeter-se a qualquer "interesse táctico e circunstancial de última hora". Sem mudanças à vista, Sócrates promete "rumo certo, uma autoridade clara e o empenhamento na acção". Os tempos difíceis da crise internacional "exigem vontade e determinação". Uma determinação que a oposição tem vindo a acusar o chefe de Governo de confundir com autoritarismo e arrogância.

Moção de censura

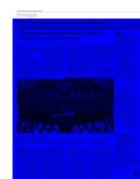
Sócrates chamou-lhe "um truque político" e uma iniciativa de "oportunismo político". E recusou ver transformada a "censura" que o CDS viu nas urnas numa moção no Parlamento. Ao PSD devolveu uma

"censura política" por "esconder mal o enfraquecimento do Estado social", por defender medidas como a privatização da Segurança Social. O primeiro-ministro tentou "reduzir" a moção de censura a uma "disputa" da liderança da direita entre CDS e PSD.

Humildade

Já há alguns dias que a palavra entrou no léxico sócrático. E ontem estava mesmo no discurso escrito de Sócrates para dizer que compreende "com humildade democrática os sinais de insatisfação e de dúvida". Mas, da esquerda à direita, a palavra andou na boca de muitos deputados. O líder do CDS observou que "humildade não é uma palavra, é uma atitude". E que a de Sócrates só durou quatro minutos. Já Heloísa Apolónia pediu a Sócrates para vestir mesmo a capa da humildade para atender as reclamações dos portugueses.





Moção de Censura Sócrates responde na AR e nos estúdios da SIC

TGV entra na baixa velocidade e vai ficar à espera do próximo Governo

Nuno Simas

Sócrates invoca o “escrúpulo democrático” para justificar o compasso de espera pelo próximo executivo

● Estava escrito que o TGV ia ser um dos temas fortes do debate da moção de censura do CDS. E foi. O adiamento da decisão admitida pelo Governo já tinha levado o CDS a clamar “vitória” na véspera da moção de censura. E o PSD tinha ensaiado uma “exigência”: saber se José Sócrates dava garantias de que o Governo a sair das próximas legislativas tinha a liberdade de decidir, “sem constrangi-

mentos”, sobre o futuro do projecto.

Logo no início do debate, na primeira resposta ao deputado do PSD José Pedro Aguiar-Branco, Sócrates garantiu: “O futuro Governo estará completamente livre para fazer a adjudicação, assinar o contrato e assinar as bases de concessão.”

Mas não deixou de criticar Aguiar-Branco pelo “descaramento” de falar nas “duas caras” do PS e do projecto do comboio de alta velocidade. E lembrou-o que pertenceu ao Governo PSD-CDS que decidiu, numa cimeira luso-espanhola, pelas cinco linhas do TGV e agora “querer suspender tudo ao fim de cinco anos”.

Apesar da resposta de Sócrates, o deputado social-democrata Hugo

Veloso não ficou satisfeito - “não foi claro” - e insistiu em saber se “há condicionamentos ou responsabilidades para o futuro Governo”.

Foi preciso esperar pelo fim do debate para ouvir o primeiro-ministro tirar as dúvidas e dizer que “por escrúpulo democrático” nenhuma decisão será tomada antes das eleições.

“Apesar de defender o carácter essencial do TGV, o Governo tem escrúpulo democrático. No calendário há uma adjudicação para fazer nos próximos meses, mas essa adjudicação pode e deve ser feita pelo próximo Governo”, afirmou ainda.

Nos cerca de sete minutos em que respondeu a perguntas dos jornalistas após o debate, Sócrates foi ques-

tionado sobre a influência do Presidente da República na decisão de não avançar mais quanto ao dossier. E garantiu “nunca” ter falado com o Presidente sobre “calendários de concurso”, como o do TGV, o que levou o ministro Luís Amado a dizer, no debate, que a única proposta do PSD é “suspender”.

O líder parlamentar do CDS-PP, Diogo Feio, questionou Sócrates sobre a “lógica de fazer uma linha Lisboa-Porto [de TGV] e uma terceira auto-estrada”.

O duelo verbal entre PS e PSD sobre a alta velocidade levou Luís Fazenda, do Bloco de Esquerda, a ironizar: “Parece que é debate entre a alta velocidade e o grande vagar.”

Sócrates e o seu Governo sob o escrutínio da oposição



Entrevista ontem à noite à SIC

Primeiro-ministro tenta encostar Ferreira Leite à direita

São José Almeida

● Se dúvidas houvesse, a entrevista de José Sócrates ontem à noite, na SIC, foi a prova de que está oficialmente aberta a campanha para as legislativas. O primeiro-ministro apresentou-se num tom autojustificativo e cordato ao falar sobre os quatro anos de governação. Mas, assim que a oportunidade surgiu, não hesitou em proferir um duro ataque à líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, procurando passar uma imagem de que esta é uma política conservadora e de direita, sem preocupações sociais.

Afirmando que há entre os dois uma “diferença de mundividência”, Sócrates disparou que nunca lhe “ocorreria dizer que o casamento é

para a procriação” ou que “o investimento só dá emprego a ucranianos” ou ainda demonstrar “raiva” contra a mudança da lei do divórcio. Sócrates fez ainda questão de afirmar que o que o distingue de Manuela Ferreira Leite é a “função social do Estado”, já que, sublinhou, o PSD defende “a privatização de áreas sociais”.

O primeiro-ministro recusou-se a esclarecer se num futuro governo mantém a mesma ministra da Educação, limitando-se a dizer que o “futuro Governo será um novo governo”. Sócrates não quis assumir que coligações fará se ganhar com maioria relativa as legislativas - “o objectivo do PS é fazer uma coligação com o país” - e não pediu a maioria absoluta, sublinhando, porém, que “os

portugueses sabem que o PS nunca abusou do poder”.

Mas não escamoteou a dimensão da derrota nas europeias e, fazendo o que classificou de “leitura lúcida e realista”, afirmou que os resultados “são uma genérica avaliação” que mostra o “desgaste do Governo”. Mas justificou esse desgaste com a ideia de que foi “provocado” por terem sido feitas “muitas reformas em muito pouco tempo”, o que “criou tensões” e “descontentamento” na “base social”. “Deixámos instalar a ideia de que fazíamos reformas (...) que agíamos contra classes profissionais”, apontou como erro.

A maior parte da entrevista, conduzida em tom serenidade por Ana Lourenço, mostrou um Sócrates que

procurou repetir o argumentário de defesa da sua governação. Assim, enumerou as reformas da educação exaustivamente, lembrou o investimento do Alqueva e a preocupação com as contas públicas, para considerar que a crise internacional escondeu a justeza das reformas por si conduzidas.

Sobre a crise defendeu a nacionalização do BPN, mas afirmou que a falência do BPP não põe em causa o sistema bancário. Quanto ao TGV, justificou o adiamento da assinatura de contratos para depois das eleições com o facto de um próximo governo ter a “legitimidade refrescada” e frisou que “o Presidente da República aplaudiu aquilo que é o escrúpulo democrático do Governo”.

“

“O país cansou-se dessa arrogância,

que não é uma questão de forma, mas de essência.

Comprometeu-se

tanto com a

arrogância que

agora, se quiser

fazer um flic-flac,

quem vai acreditar

que é verdadeiro?”

Paulo Portas

Presidente do CDS-PP

“Agora temos um

governo a dois

andamentos.

Era presto antes,

com a arrogância,

autoritarismo.

E agora é moderato

quando finge que

não é arrogante,

quando finge que

não é autoritário”

Aguiar-Branco

Vice-presidente do PSD

“Esta moção

de censura é uma

usurpação política

ilegítima da

vontade popular

electiva. É um

triste espectáculo,

um manobrismo

infantil sem sentido

de Estado”

Alberto Martins

Líder parlamentar do PS

”



A governação sob escrutínio no Parlamento

Oposição faz críticas à saúde, justiça e agricultura

Sofia Rodrigues

Com a crise como pano de fundo, as bancadas da oposição fizeram críticas ao Governo na área da saúde, justiça, agricultura e apoio ao desemprego. Tanto o PSD como o CDS questionaram Sócrates sobre os fundos comunitários. A deputada Rosário Águas, do PSD, afirmou que Portugal desperdiçou 350 milhões de euros no âmbito do Proder (programa de desenvolvimento rural) que

“nunca mais vai recuperar”. Quanto ao QREN, considerou “grave” que, dos cinco milhões aprovados, só tenham sido gastos 800 milhões. Em resposta, o primeiro-ministro contrapôs que 42 por cento das verbas do Proder estão “comprometidas” e que foram pagos 18,2 por cento, colocando Portugal à frente de países como Espanha ou Itália.

O CDS voltou a trazer o tema da segurança. O deputado Nuno Magalhães questionou Sócrates sobre a brandu-

ra da proposta socialista de alteração do código de execução de penas. O primeiro-ministro respondeu com recurso ao passado, lembrando que os números da criminalidade grave eram mais elevados em 2004, quando o CDS era Governo. Da bancada do CDS também vieram críticas à ineficácia da saúde, em particular a redução das listas de espera e a receita médica por princípio activo.

Mesmo que sem interpelações directas a Sócrates, a questão do alar-



O PCP insistiu no desemprego

gamento dos critérios para aceder ao subsídio de desemprego foi trazida pelo BE, PCP e pelo CDS, mas neste capítulo o líder do executivo não trouxe novidades, lembrando a criação do subsídio social de desemprego.

Da bancada do PSD, pela mão do deputado Hugo Veloso, veio uma crítica directa ao ministro da Economia e ao Programa de Investimentos em Infra-Estruturas Prioritárias. “Foi um flop”, acusou.

A confissão

Sócrates assume erro por não ter investido na Cultura

Nuno Simas

O presidente do PP, Paulo Portas, passou grande parte do debate de ontem a perguntar quais eram os “alegados erros” que José Sócrates disse reconhecer desde a derrota do PS nas europeias. Em vão. “Diga-nos quais os eventuais erros?”, perguntou o líder do PP. O primeiro-ministro nada disse. Só falou, e foi preciso insistir, depois do embate de mais de três horas e meia com a oposição no Parlamento.

“Querem saber um erro?”, perguntou José Sócrates, avisando desde logo que iria ser “notícia”: “Se há um erro que é possível identificar ao longo destes anos, é que talvez deveríamos ter investido mais na cultura, tal como fizemos na ciência”.

E outros erros, quiseram saber os jornalistas? José Sócrates admitiu que “toda a gente comete erros quando governa”. “Se pudesse voltar atrás em relação a algumas coisas, faria de



Portas quis que o primeiro-ministro assumisse erros no debate. Sócrates respondeu-lhe pelos jornalistas

forma diferente”, disse o líder do PS, muito acochado pelos deputados pela sua nova atitude de “humildade” assumida na ressaca da derrota socialista nas eleições para o Parlamento Europeu.

Em breves segundos, o primeiro-ministro lembrou o que o Governo reclama ter feito para “servir corajosamente e de forma patriótica o país” - pôr “em ordem” as contas públicas, as reformas na saúde, na tecnologia e na energia”.

Paulo Portas, que aguardava atrás de José Sócrates para falar aos jornalistas, sorriu quando percebeu qual tinha sido a resposta. Anotou que não tinha reconhecido erro algum “onde devia” - no hemiciclo, junto dos representantes dos portugueses - e acrescentou outros erros: erros nas políticas económica, de segurança e fiscal.

Portugal Sócrates resiste à censura e entra em campanha na SIC



PIERRE GONZA

● Com escassas horas de diferença, José Sócrates teve de enfrentar uma moção de censura apresentada pelo CDS-PP na Assembleia da República, que

seria chumbada pela maioria, e uma entrevista à SIC (na foto). No Parlamento, Sócrates mostrou-se “determinado” a prosseguir com as principais

políticas do Governo e manteve o seu tradicional estilo ríspido e desafiador. Na SIC dedicou-se a fazer um balanço do seu mandato e esforçou-se por colar

Manuela Ferreira Leite à direita conservadora, lembrando a associação entre o casamento e a procriação ou as críticas à nova Lei do Divórcio. → Destaque, 2 a 5



PUB

já estou a criar a minha própria energia
microgeração, está nas nossas mãos

www.edp.pt

Diário Económico

Toda a actualidade em www.economico.pt

20 anos

1º Eleito jornal económico do ano

QUINTA-FEIRA, 18 DE JUNHO 2009 | Nº 4653 | PREÇO (IVA INCLUIDO): CONTINENTE 1,60 EUROS | DIRECTOR ANTÓNIO COSTA DIRECTOR-ADJUNTO BRUNO PROENÇA SUBDIRECTORES FRANCISCO FERREIRA DA SILVA E PEDRO SOUSA CARVALHO

Tecnologia Nova Polaroid em versão digital chega a Portugal no mês de Agosto. - P20

TGV Presidente da Brisa diz que o adiamento da alta velocidade terá "custos brutais" para o país. - P19

Suplemento Imobiliário
As novas tendências e os intervenientes do mercado.

Paulo Figueiredo

O governador do Banco de Portugal Vitor Constâncio defendeu ontem que a crise fará repensar a regulação da banca.

Banco de Portugal e Governo querem fusões na banca

No VII Fórum Banca e Mercado de Capitais do Diário Económico, Governo, Banco de Portugal e banqueiros defenderam uma maior concentração na banca. O secretário de Estado, Carlos Costa Pina, afirmou que a supervisão terá de melhorar. - P4 A B E 24

Finanças prometem solução para BPN e BPP até ao fim do mês

Deputados exigem que ministro avalie hoje a supervisão

Teixeira dos Santos, ministro das Finanças

Socialistas vão mudar a lei para evitar descida nas pensões

O Parlamento discute hoje três projectos-lei para evitar que o valor das pensões desça por causa da desaceleração da inflação. O PS vai chumbar as propostas da oposição, mas entrega uma recomendação ao Governo. - P10

Nova solução para salvar empregos na Qimonda

O Executivo está a procurar empresas tecnológicas para se instalarem em Vila do Conde e darem emprego aos trabalhadores da Qimonda. - P16

Sócrates arrepende-se de ter enfrentado corporações

O primeiro-ministro foi ontem à televisão - P48

Banco Espírito Santo inaugura sucursal em Nova Iorque

O BESI inicia a expansão das suas operações no mercado norte-americano. - P27

PUB

T 226 196 260
226 196 259
E info@ege.pt
S www.ege.pt

ATLANTIC BUSINESS SCHOOL
LEADING THE FUTURE

▼ PSI 20	-2,41%	6.910,00
▼ IBEX 35	-2,26%	9.283,20
▼ FTSE 100	-1,16%	4.278,46
▼ Dow Jones	-0,12%	8.494,84
▲ Euro	1,18%	1.3949,00
▼ Brent	-1,42%	69,29



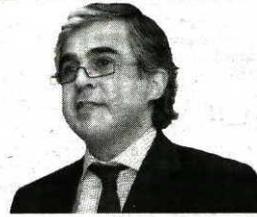
MOÇÃO DE CENSURA DEBATIDA NO PARLAMENTO



Um Governo falhado e Sócrates esgotado

"Malhar à direita, vigiar os sindicatos, punir opinião diversa e controlar os manifestantes, eis o saldo de um Governo falhado, de um primeiro-ministro esgotado".

Aguar-Branco VICE-PRESIDENTE DO PSD



Sócrates continua a não responder às perguntas

"O primeiro-ministro está igual ao que era antes de 7 de Junho. Antes não respondia às perguntas, depois continua a não responder. Nem na comunicação mudou?".

Diogo Feio, LÍDER PARLAMENTAR DO CDS/PP

José Sócrates faz mea culpa pós-eleitoral

Oposição aproveitou debate sobre a moção de censura para apontar erros da governação socialista

ISABEL TEIXEIRA DA MOTA
isabelmota@jn.pt

A moção de censura do CDS ao Governo foi chumbada, como era esperado. O debate saldou-se por uma guerra de palavras entre Portas e Sócrates. O primeiro insistiu nos erros da governação. O segundo desmontou a tática da moção.

O PS, sozinho, votou contra a moção centrista. O PSD alcançou o CDS no voto favorável e a restante Esquerda parlamentar (PCP, BE e PEV) absteve-se.

Os "eventuais" ou "alegados" erros do Governo socialista estiveram no centro da discussão pelo lado do CDS. Em vão. O primeiro-ministro acabou o debate sem dizer quais erros que assume ter cometido. "Se há um erro que é possível identificar ao longo destes anos é que talvez deveríamos ter investido mais em cultura, tal como fizemos em ciência", acabaria por dizer perante a insistência dos jornalistas. Mais tarde, na SIC, acrescentou outros erros, nomeadamente a imposição aos professores de um modelo de avaliação demasiado exigente.

Pelo seu lado, Portas justificou a moção de censura com as "falhas" e os "erros de fundo" do Governo socialista. "Os portugueses estão cansados deste tipo de política. O problema não é de comunicação - excesso de comunicação tiveram os portugueses -, é de défice de governação".

O líder centrista destacou a "arrogância" de Sócrates considerando-a "uma questão de essência" e "não de forma". Sustentou que o "animal feroz" do princípio da legislatura estava agora a "inventar,

um pouco à pressa, a imagem de um português suave, modesto, humilde". "Não cola consigo. (...) pode ser um alívio, mas não é uma solução", asseverou.

Querer retirar dos resultados das eleições para o Parlamento Europeu conclusões sobre a legitimidade do Governo nacional é pura e simplesmente desrespeitar a democracia", contrapôs Sócrates.

"Um abuso", uma "precipitação", "um oportunismo político" para "obter ganhos mediáticos de ocasião" foram outras das qualificações usadas por Sócrates para definir a iniciativa dos populares.

Oposição considera que a atitude de José Sócrates não mudou com a derrota eleitoral de 7 de Junho

"É uma iniciativa totalmente inútil e inconsequente: todos sabem que a legislatura está no seu termo e que muito em breve os eleitores serão chamados a pronunciar-se, então sim, sobre o futuro da governação", argumentou.

Um pouco de humildade

O primeiro-ministro aproveitou o discurso inicial para fazer o "mea culpa" pós-eleitoral. "Compreendo com humildade democrática, os sinais de insatisfação e dúvida. Procuo interpretá-los e corresponder-lhes".

Para Sócrates, corresponder aos sinais dos portugueses é "fazer mais e melhor". "O Governo está pois empenhado em prosseguir o rumo, um rumo fundado na força

das convicções", disse, acrescentando que "não estamos disponíveis nem para a desistência, nem para a resignação".

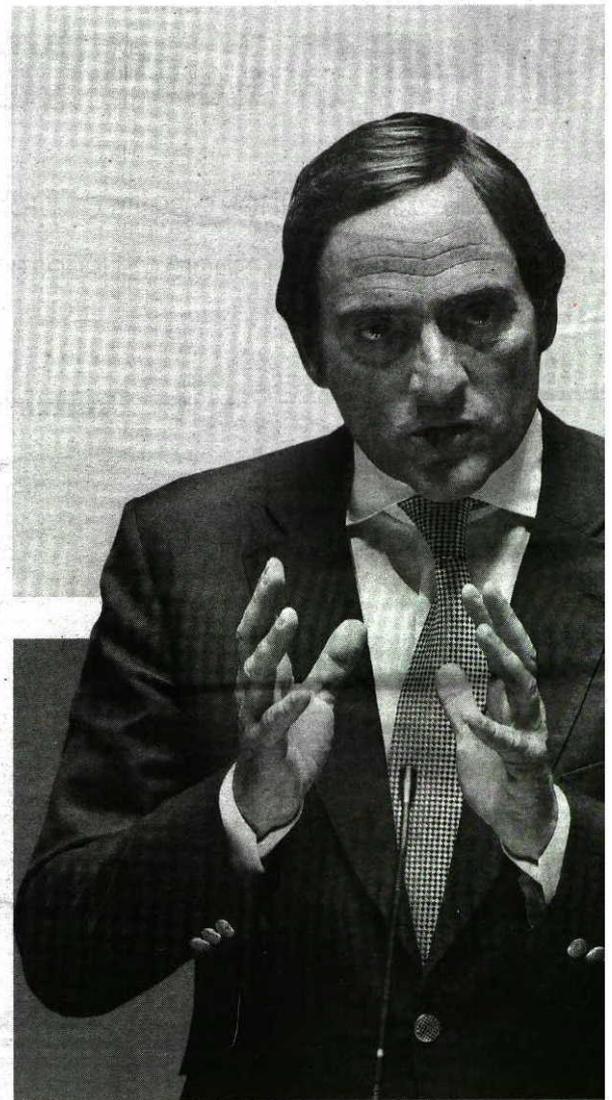
Palavras que não agradaram ao secretário-geral do PCP Jerónimo de Sousa que perguntou: "Não acha que se mantiver o rumo vai bater com a cabeça - salvo seja, sem ofensa, estou a falar do Governo -, na medida em que a mesma política vai conduzir ao mesmo resultado, isto é, ao fracasso desta política de Direita?".

Decisão sobre TGV adiada

O PSD questionou Sócrates sobre o TGV para, segundo disse José Pedro Aguiar-Branco, "não deixar haver reticências, nem dúvidas de constrangimentos para o próximo Governo". Em resposta, o primeiro-ministro garantiu que "o futuro Governo estará completamente livre" para tomar "todas as decisões relevantes" sobre a construção da rede ferroviária de alta-velocidade. "Consideramos uma irresponsabilidade parar esse projecto (...), mas por escrupuloso democrático todas as decisões relevantes neste concurso serão tomadas pelo próximo Governo".

Os sociais-democratas votaram a moção ao lado do CDS para evitar "a equívoca leitura de um prolongamento imerecido de vitalidade deste Governo".

Por seu lado, Francisco Louçã, líder do BE, atacou um projecto de lei do PS que "determina que com 14 anos já se pode fazer trabalho domiciliário desde que se tenha a escolaridade obrigatória". Um projecto, disse, que permite a "roubalheira" de existirem "miúdos a coser sapatos em casa". ■



ENTREVISTA DO PRIMEIRO-MINISTRO

"Foi errado fazer uma avaliação dos professores tão exigente"



ID: 25575701

18-06-2009



Apenas mudou o porta-voz do PS

"Após os resultados de 7 de Junho, não há nenhuma coisa a alterar, nenhum erro assumido, nenhuma autocritica a fazer, nada, afinal de contas a única alteração foi mesmo a substituição do porta-voz do PS".

Luís Fazenda, LÍDER PARLAMENTAR DO BE



"Se mantiver o rumo vai bater com a cabeça"

"Não acha que se mantiver o rumo vai bater com a cabeça, na medida em que a mesma política vai conduzir ao mesmo resultado, isto é, ao fracasso desta política de Direita?"

Jerónimo de Sousa, SECRETÁRIO-GERAL DO PCP



"Apresentou-se no início da legislatura como um animal feroz, agora está à pressa a inventar personalidade do português suave, modesto e humilde. Não cola consigo. Um português suave modesto humilde, José Sócrates, pode ser um alívio mas não é solução".

Paulo Portas
LÍDER DO CDS/PP

"Português suave, modesto, humilde, pode ser, mas há uma coisa que nunca farei que é brincar à política ou brincar aos políticos com uma moção de censura sem consequência. Tactista e sem sentido político".

José Sócrates
PRIMEIRO MINISTRO

Pouco tempo para vingar mudança "radical"

HERMANA CRUZ
hermana.cruz@jn.pt

Foi uma mudança demasiado radical de postura e discurso que pode levar a duas reacções extremas do eleitorado: por um lado, pode tudo soar a falso; por outro, pode-se achar que o "cartão amarelo" das europeias já surtiu efeito. Seja como for, José Sócrates assumiu a única estratégia política que poderia ter depois do "fracasso eleitoral" do passado dia 7. O tempo é que é curto e não joga a favor do primeiro-ministro, adverte os politólogos.

Segundo Aguiar Falcão, antes da entrevista de ontem, o país tinha um José Sócrates "rígido, prepotente, agressivo e inflexível". Agora, há um José Sócrates "afável, prudente, dócil e tolerante". "É uma mudança muito radical", considera aquele professor universitário, convencido de que esta nova estratégia pode levar "ao radicalizar das coisas". "Poderá haver quem considere que tudo soa a falso e quem acredite que o voto nas europeias já teve o seu efeito", explica Aguiar-Falcão.

Um actor capaz de dramatizar

Apesar de salientar que o primeiro-ministro revelou ter dotes de "actor" e "uma capacidade diabólica para dramatizar as situações", Aguiar Falcão sublinhou que "as técnicas utilizadas são sobretudo conhecidas no Marketing Político e na Comunicação".

"Do ponto de vista tático não tinha outra alternativa. Se não fosse assim, era a morte certa. É uma mudança radical mas é uma mudança necessária", acrescenta Manuel Meirinho, concordando que, com esta estratégia, corre-se o risco da "radicalização" de posições.

Aquele professor universitário não acredita, porém, que o país esteja perante um novo Sócrates. "É igual. Está é enroscado de maneira diferente", diz, referindo que essa "clara mudança de estilo parece um pouco forçada". Além disso, "o tempo político é demasiado curto". "O risco é não haver tempo para solidificar e consolidar esta mudança estruturante". ■

➔ Durante a tarde, à margem do debate da moção de censura apresentada pelo CDS, o primeiro-ministro assumiu o primeiro erro da governação: a fraca aposta no sector cultural. À noite, em entrevista à SIC, José Sócrates reafirmou esse erro e admitiu outros dois: a ideia de que o Executivo fazia reformas contra algumas classes sociais e o modelo de avaliação dos professores, demasiado exigente.

"Um dos erros que cometemos foi deixarmos instalar a ideia de que, quando fazíamos reformas ao serviço do interesse geral, agíamos contra algumas classes sociais. Claro está que o Governo não age contra classes sociais", declarou José Sócrates, especificando que se referia, por exemplo, aos juizes e aos professores.

Foi precisamente no sector do

Ensino que o primeiro-ministro reconheceu outra falha. "Gostáramos de não termos cometido o erro de apresentar uma avaliação (dos professores) tão exigente, tão complexa, tão burocrática", afirmou, embora vincasse que "os sindicatos também deviam meter as mãos à consciência".

Apesar de assegurar que, no sector da Educação, foram tomadas "as reformas necessárias", José Sócrates já não garantiu se manterá a ministra da Educação, caso ganhe as eleições legislativas. "Quanto ao futuro Governo, não me quero comprometer com nada. Um futuro Governo será um novo Governo, com novas responsabilidades", afirmou apenas.

Numa entrevista de uma hora, Sócrates, num tom menos crispado do que o habitual, num tom

mais suave, desdobrou-se em explicações sobre as medidas do Governo e tentou marcar a diferença com o PSD, que acusou de querer privatizar a Segurança Social e de ser contra os investimentos públicos, como o TGV, cuja aposta Só-

Primeiro-ministro recusa acordos nas legislativas e diz que só quer "uma coligação com o país"

crates mantém. "Tomar a decisão da adjudicação em Agosto ou Outubro não altera nada. Quem ganhar as eleições decidirá", alegou.

Não resistiu a mandar algumas farpas a Manuela Ferreira Leite, mas já se recusou atacar Dias Lou-

reiro pelo envolvimento no caso BPN. Preferiu apontar o dedo à atitude "criminosa" do ex-administrador Oliveira e Costa e apoiar Constâncio: "A supervisão falhou em todo o mundo. Só aqui é que se ataca o governador".

Sócrates defendeu, assim, a nacionalização do BPN, considerando que se o banco abrisse falência abalaria a confiança no sistema bancário. "Era um risco que não podíamos correr", afirmou. Com o BPP, o caso já era diferente: "Aceitámos que aquele banco podia falir, desaparecer, mas era uma morte assistida, controlada".

Declarando-se "satisfeito" consigo próprio, Sócrates reafirmou o objectivo de renovar a maioria absoluta. E recusou coligações. "O objectivo do PS é fazer uma coligação com o país", rematou. ■



ID: 25575701

18-06-2009



SÓCRATES COM AS MESMAS POLÍTICAS MAS UMA ATITUDE MENOS CRISPADA

PÁGS 4 E 5 → À SIC, confessou erros como o do modelo de avaliação dos professores



Todos querem fusões na banca

Banca. Governador do Banco de Portugal, Governo e alguns banqueiros, várias vezes se uniram a prever e desejar mais consolidação futura para o sector

■ PAULA CORDEIRO

A actual crise deverá gerar novos movimentos de concentração bancária, um movimento que "poderá e deverá acontecer", defendeu ontem Vítor Constâncio. Falando no VII Fórum da Banca, organizado pelo *Diário Económico*, o governador do Banco de Portugal afirmou que "os bancos vão continuar grandes e porventura vão ser alvo de ainda maior concentração", ao mesmo tempo que vaticinou a redução do peso do sector financeiro na economia.

Falando no final do encontro, também o secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Costa Pina defendeu como solução futura para a banca "uma maior tendência de consolidação, face ao excesso de capacidade do sistema, a nível interno".

Referindo-se em concreto ao futuro do nacionalizado BPN e do BPP, o governante adiantou que em ambos os casos estarão "a muito curto prazo, clarificadas as evoluções futuras", com o Governo a apresentar as soluções definitivas dos dois bancos.

No final do encontro, e ao ser questionado sobre quais as possibilidades de concentração no sistema bancário português, Fernando Ulrich, um dos oradores do encontro, classificou de "muito

estranho" o comentário de Costa Pina. "Ainda há pouco tempo, podia ter havido consolidação, quando fizemos uma proposta ao BCP, no sentido de uma fusão entre os dois bancos. Penso que as autoridades tiveram um peso muito grande na decisão de rejeitar tal proposta", considerou.

Para o banqueiro, o secretário de Estado do Tesouro e Finanças "deve ter começado o road-show para vender o BPN", justificando assim a defesa governamental de uma maior consolidação.

Também o presidente do Santander Totta, Nuno Amado, defendeu na sua intervenção ser "necessário alguma consolidação, face ao excesso de oferta.

Vítor Constâncio voltou a falar nas alterações que vão ser introduzidas, a nível mundial, na regulação e supervisão do sector financeiro. Segundo o governador, o sistema bancário "sombra" vai desaparecer, com o reforço da

regulação, ao mesmo tempo que os *hedge funds* vão passar a ser igualmente regulados.

Para Constâncio, "a supervisão não falhou, o que falhou, nível global, foi a desregulação", que se verificou nos últimos anos.

Outro dos oradores, Álvaro Damas, antigo presidente da CMVM, considerou que a "culpa da crise" terá de ser imputada a vários



Constâncio considera que foi a regulação que falhou e não a supervisão

'Spreads' não voltam atrás

Não será possível aos bancos manter os *spreads* que praticavam antes da crise. Esta foi outra mensagem comum deixada pelos banqueiros. Os custos do *"funding"* são uma das ameaças para a rentabilidade bancária, reflectindo-se nos preços do crédito a clientes. Como disse Joaquim Goes, os custos de financiamento nos mercados internacionais são actualmente 40 vezes superiores ao seu preço antes da crise. Costa Pina adiantou que o da República desceu, na última quinzena, apresentando um diferencial de 91 pontos base face à dívida alemã.

agentes, onde se inclui o sistema financeiro, os estados e os particulares. A crise não se deverá "brandura da supervisão", afirmou.

Perda de rentabilidade

Os banqueiros participantes no Fórum centraram as suas intervenções na forma como a banca vai fazer face às anunciadas perdas de rentabilidade.

Para Faria de Oliveira, presidente da Caixa Geral de Depósitos (CGD), as várias ameaças às contas de resultados dos bancos portugueses podem comprometer a sua rentabilidade. Assim, o banco público tem como prioridade de gestão até 2010, crescer na banca de retalho, tornando-se no banco principal das melhores empresas. Desenvolver o capital de risco

(banco vai investir mais 500 milhões de euros em novos fundos), crescer nos mercados internacionais são outras apostas.

A adaptação do modelo de negócio bancário, que deixará de assentar na concessão de crédito, foi defendida por Joaquim Goes, administrador do Banco Espírito Santo (BES). Para este gestor, o futuro passa por uma optimização do *mix* de receitas, por uma redução dos custos e por uma gestão pro-activa dos riscos.

Nuno Amado, por seu lado, considera que o sector financeiro só se normalizará, quando normalizar o mercado do crédito. O banqueiro aconselhou os particulares a transformarem as taxas variáveis dos seus créditos em taxas fixas a longo prazo. ■

PRESIDENTE DO BES

“Sem maioria absoluta, os políticos terão de ter bom senso”

Ricardo Salgado fala da situação política portuguesa, da recuperação económica americana, de regulação, sistema financeiro e bolsas. E também sobre Ronaldo

PEDRO SANTOS GUERREIRO

psg@negocios.pt

O Grupo Espírito Santo inaugura hoje uma sucursal em Nova Iorque do seu banco de investimento, o BESI. Foi a bordo do avião para os Estados Unidos, ontem à tarde, que teve lugar a entrevista com Ricardo Salgado.

O BES está a investir nos Estados Unidos, onde já há previsões de retoma económica ainda este ano. Está esperançado nesta recuperação?

Há unanimidade entre os economistas de que há alguns sinais positivos de recuperação dos EUA. Mas ninguém pensa que a crise tenha passado. Os sinais de recuperação estão no mercado de habitação, em alguma confiança, os “stocks” das empresas continuam em baixa, há uma ligeira recuperação das vendas em alguns sectores. Mas o cerne da questão é a indústria pesada.

... como a indústria automóvel.

Não posso deixar de referir que vi, há umas três semanas, na capa da revista “Fortune” o senhor Warren Buffett com uma ficha eléctrica e um carro eléctrico na mão chamado Byte, de uma empresa chinesa. Ele está a investir nessa empresa, que vai vender para os EUA. Não se pode deixar de ver o significado que isso tem para a indústria automóvel dos EUA: toda a reestruturação do sector industrial está por fazer.

Desemprego? Obama agora admite que a chegue aos 10%.

Sim, desemprego. São cidades inteiras, designadamente Detroit, que vão sofrer com essa profundíssima reestruturação. Mas para além da indústria automóvel, acredito também que o sector da indústria pesada, metalúrgica e outra, nos Estados Unidos e na Europa, vai ser progressivamente deslocalizada.

Se a indústria pesada é deslocalizada, que diferenciação há para a Europa? E para Portugal?

Avocação portuguesa vai ser cada vez mais orientada para os serviços, onde há aliás muita coisa por fazer. A Europa vai toda ela ter uma evolução

nesse sentido. Não é de facto atingir em termos de custos de produção os níveis de competitividade iguais aos que os indianos estão a atingir. Os chineses, hoje, até copiam os modelos dos automóveis europeus mais caros. No nosso país também é assim, por maioria de razão. É uma economia de massa crítica pequena, a integração ibérica não está feita... Não vejo bem como nos poderemos transformar neste início do século XXI, num país com capacidade industrial nova. O grande potencial existe na inovação, em áreas como a saúde, a biotecnologia, novas fontes de energia, mas em indústria pesada como a conhecemos, será cada vez mais difícil.

A recuperação económica acontecerá depois do maior nível de sempre de endividamento dos Estados, o que trará aumentos de impostos.

Esse nível de endividamento tem a ver com os diferentes programas dos Estados para reanimar as economias, é normal que aconteça nesta fase. Mas vão ter de ser progressivamente compensados com programas de estabilização ao mais pequeno sinal inflacionista. Felizmente, até agora, esses sinais não são muito fortes. Houve alguma recuperação no mercado das “commodities”, mas os níveis de inflação estão próximos de zero, situação jamais vista na nossa geração.

Não é um risco imediato.

Não há risco imediato mas, se houver, certamente haverá programas de estabilização. Onde há uma zona de risco é nos desequilíbrios estruturais, no que se relaciona com os problemas da balança de pagamentos dos Estados Unidos e da China. Os EUA estão altamente endividados. É curioso verificar que esses equilíbrios estruturais estão a acelerar uma concertação de países emergentes, aproximações entre a China, a Rússia, o Brasil, a Índia, no sentido de diversificarem as suas reservas monetárias internacionais.

Essa concertação pode pôr em causa a hegemonia do dólar?

Eu acho que já a está a pôr em causa a hegemonia do dólar. Todos esses países estão com níveis de reservas

acumuladas em dólares muito grandes, querem diversificar essas reservas, que põem em risco a sua própria estabilidade financeira e a do Ocidente. Se o dólar cai abruptamente, isso pode causar um desequilíbrio grande por exemplo na relação dólar-euro. O FMI pode ter um papel a desempenhar nesse campo. Nos anos 60, foram criados os direitos de saque especiais, pode pensar-se em mecanismos desse tipo para evitar grandes alterações cambiais.

O euro não conseguiu constituir-se como contrapeso.

Não teve tempo. O euro afirmou-se pela sua solidez, é uma moeda de refúgio procurada, mas não tem a profundidade que tem o dólar.

Faz uma avaliação positiva da governação de Obama?

É cedo, mas o Presidente Obama tem vindo a posicionar-se de uma maneira muito favorável em relação por exemplo à política internacional e interna; está a dar um novo ânimo ao mundo. Tem gente muito boa a trabalhar com ele. Há que ter esperança. Mas há uma coisa que me preocupa, que é esta tendência para o G2, dos Estados Unidos e da China. Seria muito mau para o mundo se isso se viesse a configurar.

É por falta de comparência da Europa?

A Europa tem dificuldade em se concertar, as vozes são as mais diversas em relação a todos os grandes pontos da política internacional.

As últimas eleições europeias reforçaram as votações de partidos não empenhados na construção europeia. É uma ameaça à UE?

Não vejo necessariamente como negativo o resultado das últimas eleições na Europa. Ficámos um pouco surpreendidos com os votos da direita na Alemanha, na França, com a perda de terreno dos socialistas ingleses, mas entre a política trabalhista inglesa, a política da UNP francesa ou mesmo da CDU alemã, não há grandes clivagens. É claro que não é bom que haja partidos anti-europeus com mais representatividade que os partidos europeus. Mas temos de

aceitar isso como as circunstâncias da vida económica e social que estamos a atravessar, com esta crise profundíssima que se abateu sobre a Europa. As pessoas estão naturalmente descrentes, inseguras, a sofrer e isso provoca reacções extremistas, quer da esquerda, quer da direita (há também fenómenos de xenofobia).

E em Portugal, como comenta os resultados da europeias?

Não comento. É cedo, vamos ver o que acontece nas legislativas. O Governo português também sofreu as consequências desta crise que se abateu sobre Portugal de uma maneira forte. Não escondo que o Governo português não virou a cara à crise, tem feito aquilo que pode e sabe para combater a crise. Muitas coisas positivas têm sido feitas, mas os resultados ainda não estão à vista, como não podem estar nem estão em nenhum país. Os resultados não são imediatos.

Receia o cenário de ingovernabilidade provocado pela falta de uma maioria absoluta?

Sim, não haver uma maioria absoluta pode ser negativo para o nosso desenvolvimento, não tenha dúvida.

Esse é um cenário provável, depois destas eleições europeias...

Exactamente. Há que pedir aos políticos bom senso para encontrar concertação estratégica para que o País possa tomar as medidas adequadas para sair da crise, se não houver maioria absoluta. E o que se tem vindo a ver é uma clivagem brutal entre os partidos políticos portugueses. Essas clivagens traduzem, quanto a mim, o pior que há da política, e não são apresentadas soluções construtivas. Portugal precisa de ter uma estratégia e não é só para sair da crise, é uma estratégia de longo prazo para que possa encontrar uma viabilidade económica. Essa visão estratégica, até agora, tenho visto pouco expressa nas acções políticas que se têm vindo a configurar. É possível que com as legislativas essa visão venha mais à tona da água. Aliás, o Presidente da República fez um apelo à visão estratégica para o nosso País.

*O jornalista viajou a convite do BES





Miguel Baltazar



A CRISE DOS MERCADOS E DA BANCA

SALGADO DIZ QUE AINDA NÃO HÁ SOLUÇÃO NO BPP E SOBRE O BPN
REVELA QUE HÁ ESTRANGEIROS INTERESSADOS NUMA REDE EM PORTUGAL

“NY continua a ser o centro financeiro”

Por que faz o BES este investimento em Nova Iorque agora?

A nossa estratégia tem sido a de investir em países onde temos afinidades. O nosso desenvolvimento estratégico tem sido no triângulo Península Ibérica, Brasil e África. Um banco de investimento que está nos mercados europeus, que tem uma actividade importante no Brasil e Angola, resolveu ter uma operação em Nova Iorque, que, quer se queira quer não, continua a ser o centro financeiro mundial. É positivo que o BESI venha para aqui, pode manter uma plataforma operacional interessante. Ainda por cima o número de operadores foi reduzido bruscamente. E pode usar esta plataforma para propor ao mercado americano também operações originadas nos países emergentes onde estamos posicionados.

Pode tirar-se daqui alguma leitura para a diversificação internacional do BES? Expandir como banco comercial ou como banco de investimento é completamente diferente, por exemplo, quanto às exigências de capital.

Somos um grupo financeiro global em Portugal, mas não temos capacidade para sê-lo no mundo. Ora, em Portugal somos o banco mais importante na área de financiamento de comércio internacional, por exemplo, com o Brasil. Para isso, não precisa de desenvolver uma rede bancária. Além disso, o banco de investimento tem-se vindo a afirmar no “project finance” e no financiamento estruturado, em Londres, Lisboa, no Brasil.

Por que não ter uma operação destas em Nova Iorque?

Já fizemos as experiências que tínhamos de fazer de banca de retalho no exterior. Fizemos no Brasil nos anos 90 e acabámos por preferir estar associados ao Bradesco. Nos Estados Unidos não nos atreveríamos nunca a desenvolver um banco de retalho. O que faz sentido é termos operações pontuais e especializadas.

“Bolsas sobem, mas é preciso esperar”

O mercado de capitais tem estado em alta. É um fenómeno sustentável ou passageiro?

Assistimos a uma recuperação dos mercados de capitais. Foi uma recuperação bastante positiva, veio dar um novo ânimo ao investimento. É conhecido por ser um “bear rally”, uma correção após período de grande queda. Mas sendo uma recuperação transitória, como a maioria dos analistas pensa, não tem ainda os alicerces suficientemente sólidos para ser uma recuperação. Temos de ser pacientes e aguardar os resultados das empresas dos próximos trimestres. Alguns pensam, mas não a maioria, que estamos numa nova fase de “bull market”. Isso só se verá com os resultados das empresas americanas e europeias, se há ou não um ponto de viragem longo, de alteração da tendência.

A sua percepção, está com a maioria, de que é uma recuperação transitória?

Vejo difícil que seja a entrada [num “bull market”], que as empresas possam estar a apresentar nos próximos trimestres resultados mais positivos. Estamos a assistir a uma retração na procura em todas as áreas. Julgo que é um “bear market rally”. Deus queira que os próximos trimestres venham confirmar que há uma tendência mais positiva da capacidade de gerar resultados mais positivos nas empresas. Se isso acontecer, teremos um período mais favorável diante de nós.

E mercado da dívida, como está?

Bem melhor. Um dos aspectos que mais ajudou as obrigações foi o mercado dos CDS (“credit default swaps”), os seguros das cotações dos títulos e dos riscos das empresas e dos países. Esse mercado passou a dar alguma estabilidade e profundidade ao desenvolvimento da dívida. Há que assinalar que onde alguns ganhos substanciais foi em alguns mercados de obrigações em países emergentes, como o Brasil. Os bancos estão a ir ao mercado com mais facilidade. As emissões colocadas têm sido muito grandes.

“Nunca vi pôr em causa um governador”

O governador do Banco de Portugal disse há poucas semanas que o sector bancário vai diminuir e que haverá concentração. Isto aplica-se a Portugal?

O sr. governador estaria provavelmente a referir-se aos bancos mais pequenos. A concentração bancária excessiva faz com que um banco naturalmente extravase a sua dimensão para o exterior. A internacionalização da banca tem de ser feita com conta, peso e medida e sem criar um risco sistémico ao país de origem. Agora, quando há muitas operações bancárias pequenas num país, e houve um crescimento relativamente acentuado em Portugal, então aumentam os riscos de acontecerem coisas como as que aconteceram em Portugal

Está satisfeito com a solução do Governo para o BPP?

Ainda não há solução, há um comunicado do Governo. Há uma nova proposta da Privado Holding, vamos ver. Era bom que o assunto se resolvesse depressa.

E no BPN também?

O BPN está hoje dominado pela Caixa, que naturalmente terá capital a recuperar se quiser vender o BPN. Há bancos estrangeiros interessados em comprar uma rede em Portugal. Logo que a situação esteja clarificada, [a Caixa] pode atribuir um valor à rede do BPN.

O governador foi especialmente atacado nas últimas semanas na Assembleia da República, pelos deputados. Exigem a sua demissão. Mantém-se defensor de Vítor Constâncio?

Há uma coisa evidente: apesar dos problemas que existiram no sistema bancário internacional, nos EUA e nos países europeus, nunca vi até agora nenhum governador de um banco central ser posto em causa por políticos, por parlamentos. Nunca vi. São chamados, por exemplo nos Estados Unidos ao Congresso, mas pôr em causa o governador?! Acho que isso não marca muito bem em relação ao nosso país.

Entrevista Ricardo Salgado**“Mandato do BCE pode ser revisto”****PEDRO SANTOS GUERREIRO
EM NOVA IORQUE***

pseg@negocios.pt

Hoje [ontem] deverá ser conhecido o livro branco para a regulação do sistema financeiro. Também aqui, os Estados Unidos estão mais avançados que a Europa.

Não sei se estão mais avançados, os EUA são um Estado federal, os reguladores regulam todo o país. A Europa é uma composição de Estados, cada um com os seus reguladores, mais o Banco Central Europeu e a Comissão Europeia. É mais difícil fazer na Europa, mas há avanços. Estamos no bom caminho.

O mandato do BCE pode ser revisto?

Pode. Mas é preciso acompanhar essa evolução. A Comissão Europeia está a querer assumir determinadas funções em matéria de regulação, mas a maioria dos banqueiros europeus, estou em crer, pensa que as coisas deviam estar mais associadas ao Banco Central Europeu. Há ainda que afinar, ao nível do centro da Europa, certas posições sobre as funções do BCE e a esfera de actuação da Comissão Europeia.

Nos EUA, a regulação vai no bom sentido?

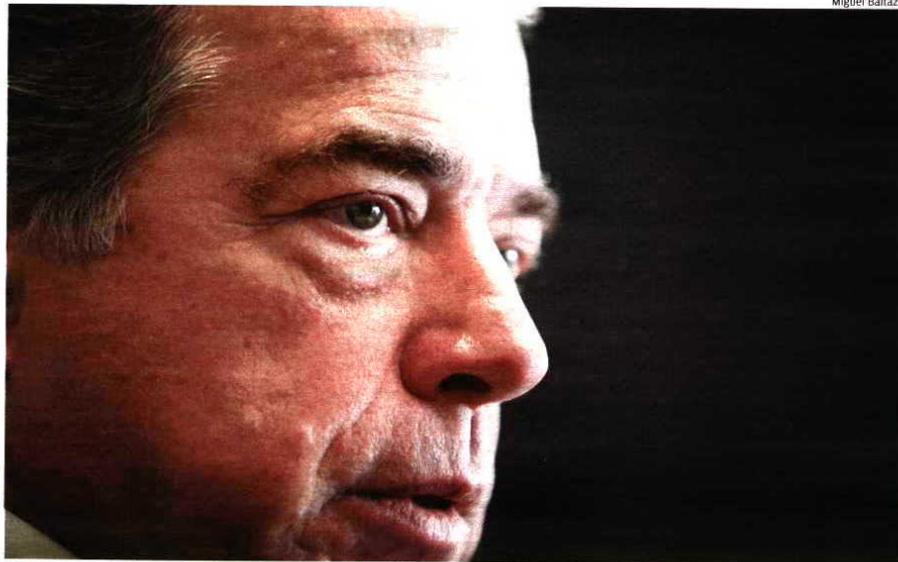
A regulação está a ir no sentido da recapitalização dos bancos. Já há bancos autorizados a devolver capital ao Estado, embora dois deles, que são incontornáveis na economia americana, ainda não: o Bank of America e o Citibank. Era bom que passassem esta fase.

Esta nova regulação vai em sentido contrário do que era Basileia II.

O Basileia II, em si mesmo, não foi errado. Tem muitas medidas de análise e avaliação de riscos francamente positivas. Mas teve duas falhas: era pró-cíclico, e é fundamental alterar isso, para que os bancos se possam reforçar nos períodos mais favoráveis para estarem preparados para períodos como o actual; e a avaliação do crédito hipotecário era insuficiente. Quando há uma bolha hipotecária, como veio a verificar-se, as avaliações das garantias são postas em causa. Acredito que no futuro não haverá a possibilidade de reduzir os requisitos de capital dos bancos quanto tiveram garantias hipotecárias, como aconteceu no passado e levou muitos bancos a exporem-se demais ao mercado imobiliário.

O rácio de 8% de capital é um bom rácio para trabalhar no futuro?

8% de Tier 1 é um bom rácio, desde que haja uma definição dos níveis de capital complementares do “Core Tier 1”. Para chegar ao “Tier 1”, o “Core Tier 1” pode ter níveis de acções preferenciais, que podem ser



Miguel Baltazar

Ricardo Salgado | O banqueiro lembra que é mais difícil harmonizar a regulação na Europa do que nos EUA.

Os bancos não podem achar estranho que o banco central queira fazer supervisão permanente.

O Basileia II teve duas falhas. Era pró-cíclico e a avaliação do crédito hipotecário era insuficiente.

Há ainda que afinar, ao nível do centro da Europa, certas posições sobre as funções do BCE e a esfera de actuação da Comissão Europeia.

de vários tipos, e há vários países na Europa cujo capital “core” é relativamente insuficiente em relação aos níveis de capitalização requeridos. Há diferenças muito grandes, por exemplo entre o Reino Unido e a Europa Continental. Será preciso maior homogeneidade na definição do “capital duro”, no capital “core”.

E o “mark to market”, a contabilização dos activos financeiros ao valor de mercado? Também agudizou a crise, mas voltar ao modelo anterior também seria problemático.

O “mark to market” não funciona quando não há “market”. A intenção do valor justo estar ligado ao “mark to market” até pode ser boa, mas quando há crises como esta e não há mercados, como é que se avaliam activos? Essa é a questão. E a agravar a isto, há o sistema de “naked short selling”, venda a descoberto de acções sem controlo. O “mark to market” foi acelerado e agudizou ainda mais a queda do mercado de capitais quando houve negociações e vendas maciças a descoberto de títulos, que chegavam a atingir montantes enormes, muito maiores que o número e títulos emitidos por uma empresa, sem qualquer controlo. Essa conjugação de factores teve um efeito devastador sobre o mercado de capitais. Não sou contra as vendas a descoberto, mas têm de ser controladas. Quem não tem títulos para os vender no futuro, tem de conseguir os títulos de empréstimo, se não caímos na situação de vender títulos que já nem existem, como aconteceu. É um erro tremendo.

Ou seja, deve acabar o “naked short selling”. E o “mark to market”?

O “mark to market” deve preva-

lecer. Mas sempre que haja níveis de pouca liquidez em determinados mercados ou com grandes amplitudes entre os “bids” e os “offers” [preço de compra e venda] das cotações, deve haver outra forma de avaliar os activos. Há sistemas, como o dos “cash flows” descontados, de soma das partes, etc.

Uma questão de pormenor: o BES, ao contrário do outros bancos, não fez o “mark to market” do “portefólio” de obrigações nos fundos de investimento...

Isso não é assim. A ESAF [gestora de activos do BES] fez a actualização das suas carteiras conforme as indicações dos preços que recebia. E, num período de grande instabilidade e volatilidade, houve bancos que fizeram mais e outros menos, mas a prazo veio tudo acabar por se alinhar. Uns mais depressa, outros mais devagar, mas não houve qualquer subtilidade para tentar mostrar valores mais baixos ou mais altos. Aliás, a ESAF foi a sociedade gestora mais premiada já 2009 na sua gestão de activos.

Em Portugal, o Banco de Portugal iniciou agora a supervisão permanente e começou pelo BES e pelo BCP. Concorda com a medida?

É uma decisão em vários países de toda a Europa. Em Portugal, julgo que fomos dos primeiros por já termos adoptado [as regras contabilísticas] IRB. É preciso aceitar que a dimensão das transacções financeiras é tal que os supervisores têm também a necessidade de se especializar. Os bancos não podem achar estranho que os bancos centrais queiram fazer supervisão permanente.

*O jornalista viajou a convite do BES

“Cristiano Ronaldo ultrapassou tudo”

A campanha “para onde vai o Ronaldo?” foi uma coincidência “engraçada”, diz Ricardo Salgado

O BES tem contrato com o Ronaldo desde 2003, negociada com o jogador ainda no Sporting. A contratação do Manchester para o Real também valoriza o BES, até porque tem uma operação em Espanha. Está satisfeito com a ida de Ronaldo para Espanha?

Satisfeitíssimo. O Ronaldo ultrapassou tudo. O departamento de comunicação bateu-se muito por isso na altura. Nós apreciamos e valorizamos muito esta relação de confiança e de lealdade que ele tem com o BES, que gostaríamos de manter no futuro.

Foi uma coincidência engraçada: fizemos a campanha “para onde vai o Ronaldo?” mas não sabíamos que ele ia para Espanha. Mas resolvemos lançar lá a campanha, em Espanha. E os espanhóis já diziam que se estávamos a fazê-lo era porque o Ronaldo ia mesmo para Espanha! (risos) Foi em cheio, mas não sabíamos que isso ia acontecer.

Essa campanha passou a ter uma enorme visibilidade em Espanha, a tal ponto que já decidimos investir mais e agora vamos pôr a campanha na televisão espanhola. Foi uma história fantástica.

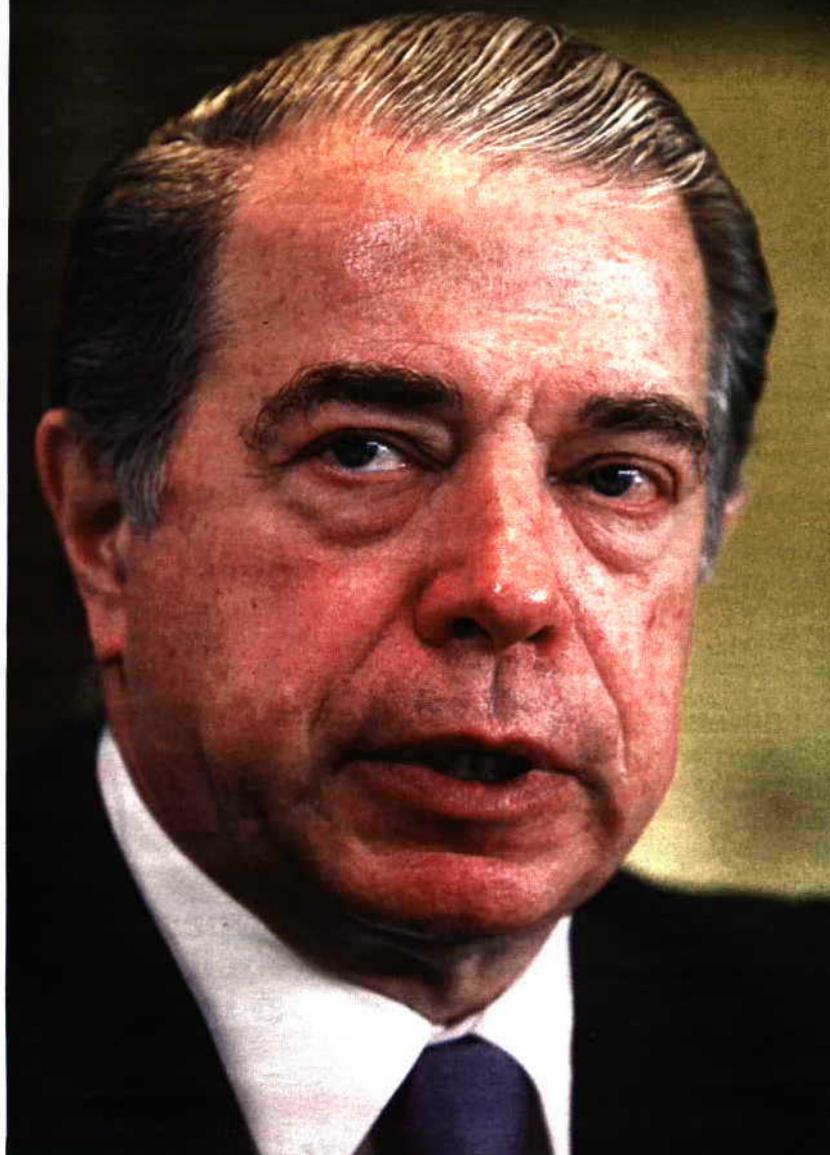
Não acha estranho um banco estar a financiar, numa altura como esta, uma contratação milionária de um jogador de futebol?

Os bancos espanhóis têm uma dimensão muito grande, esse valor dilui-se nessa dimensão. Mas não sei analisar o risco do Real Madrid.



Entrevista Ricardo Salgado

“Será muito mau para o País não haver maioria absoluta”



Miguel Baltazar

Só em Portugal os políticos põem em causa o banco central

Em entrevista ao **Negócios**, Ricardo Salgado admite que receia um cenário de ingovernabilidade na falta de uma maioria absoluta. E critica a ausência de soluções construtivas e de uma vi-

são estratégica na acção política. Sobre Vítor Constâncio, o presidente do BES diz que só em Portugal é que os políticos põem em causa o governador do banco central. **Empresas 10, 11 e 12**

Investigação. No espaço de três anos, foram movimentados 15 milhões e euros em contas 'offshores' por pessoas ligadas a Valentim Loureiro. Dois dos seus filhos estão referenciados como suspeitos numa nova investigação que nasceu do processo da Quinta do Ambrósio. A empresa que fabrica computador 'Magalhães' foi alvo de buscas por suspeita de fraude fiscal

MP INVESTIGA 15 MILHÕES EM 'OFFSHORES' LIGADAS A VALENTIM

■ CARLOS RODRIGUES LIMA

"Vocês são de Lisboa?" Foi assim que um grupo de inspectores da Unidade Nacional contra a Corrupção (UNCC) da Polícia Judiciária foi recebido por Valentim Loureiro, um dos alvos das buscas realizadas ontem no âmbito de uma investigação que procura o rasto de 15 milhões de euros movimentados em *offshores* entre 2003 e 2005. Ao fim da tarde, o presidente da Câmara de Gondomar associou a acção dos inspectores ao facto de se recandidatar à autarquia nas próximas eleições.

Esta nova investigação surge na sequência do processo da Quinta do Ambrósio, no qual Valentim Loureiro está acusado de burla qualificada, participação económica em negócio, instigação à administração danosa e prevaricação - um caso revelado pelo DN, que envolvia a valorização de um terreno situado em reserva agrícola que, depois de desafectado, foi vendido pelo dobro do valor à Sociedade de Transportes Colectivos do Porto. Deste processo foi extraída uma certidão, a que o DN teve acesso, que dá conta de vários movimentos de dinheiro em contas *offshores*. O caso está a correr no Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) do Porto. As buscas foram efectuadas por elementos da PJ de Lisboa.

Segundo a certidão, os principais suspeitos são dois filhos de Valentim Loureiro, Jorge e Nuno Loureiro, José Luís Oliveira, vice-presidente da Câmara de Gondomar e já condenado no processo "Apito Dourado", António Araújo Neves, antigo advogado de Olivei-

ra no processo de corrupção no futebol, Américo Neves, ex-presidente do clube de futebol União Desportiva Souseense e Telmo Fernandes, sobrinho de Valentim. Ontem, a Polícia Judiciária realizou buscas a todos estes suspeitos, os quais, refira-se, não foram constituídos arguidos. A Judiciária esteve a fazer buscas na Câmara de Gondomar, assim como nas casas de Valentim Loureiro e de José Luís Oliveira e nas residências dos restantes suspeitos. O principal alvo dos investigadores foi a recolha de documentação bancária e de certificados de constituição de *offshores*.

É que, segundo os elementos já recolhidos pelo Ministério Público

Quais os crimes em causa neste processo

FRAUDE FISCAL

● É a clássica fuga aos impostos, que passa pela ocultação de rendimentos ao fisco. Mas também pode envolver a simulação de despesas para obtenção ilegítima de benefícios.

BRANQUEAMENTO

● Em linguagem comum, é a chamada lavagem de dinheiro. São métodos usados para "lavar" dinheiro ilegal.

CORRUPÇÃO

● Em Portugal, distingue-se a corrupção para acto lícito e ilícito. O crime diz respeito ao decisor público que com uma determinada acção obteve um benefício (monetário ou outro) indevido.



Buscas à Câmara de Gondomar e às casas dos suspeitos foram feitas pela PJ de Lisboa

de Gondomar, que investigou o caso da Quinta do Ambrósio, só no dia 29 de Junho de 2005 foram transferidos 8,4 milhões de euros para uma conta em nome de uma sociedade *offshore*, a Kremble Holdings LLC.

Desta conta saíram duas verbas, uma de um milhão para uma conta da Companhia de Fiação e Tecidos de Ferro, que pertence a Valentim Loureiro, e uma segunda de 400 mil euros para a Actinvest, Investimentos Mobiliários e Imobiliários, cujos administradores são os dois filhos do major.

São estes e outros fluxos que a investigação quer esclarecer, sobretudo qual a origem das verbas. Daí estarem em causa eventuais crimes de fraude fiscal, branqueamento de capitais e corrupção, segundo uma nota do DIAP do Porto.

Ao final da tarde de ontem, Valentim Loureiro reagiu a mais uma investigação da PJ e às buscas que foram feitas à autarquia e à sua casa: "É tempo de aqueles que há meia dúzia de anos me têm permanentemente perseguido se convencerem de que os ataques que sistematicamente têm feito

têm de vencer dezenas de milhares de dedicados e amigos gondomarenses (...) que há 16 anos sempre me têm apoiado." E sublinhou que não é arguido.

Buscas na JP Sá Couto

A empresa que fabrica o computador *Magalhães* foi também alvo de buscas da PJ. A JP Sá Couto está a ser investigada por suspeitas de fraude fiscal, aparentemente relacionadas com o IVA. A empresa confirmou as buscas, garantindo que entregou toda a documentação aos investigadores. ■

'Furacão' já rendeu 70 milhões em impostos para o Estado

Investigação à Visabeira nasceu do megaprocesso de fraude ao fisco. Caso é considerado complexo e de grande dimensão. Em causa pode estar a simulação de facturação a fim de obter benefícios fiscais indevidos

■ AMADEU ARAÚJO e CARLOS RODRIGUES LIMA

O caso da Visabeira foi um dos primeiros a ser detectados no âmbito da "Operação Furacão". Mas, segundo uma fonte do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), o processo "foi logo autonomizado, dada a complexida-

de e dimensão". A megainvestigação já rendeu aos cofres do Estado 70 milhões de euros.

Na Visabeira, e uma vez que as buscas incidiram sobre a Benetrónica, empresa do grupo vocacionada para o comércio internacional, segundo informações recolhidas pelo DN pode estar em causa um esquema de fuga a dois impos-

tos: IVA e IRC. Ou seja, tal como o DN adiantou ontem, o esquema "tradicional" detectado na "Operação Furacão": a simulação de relações comerciais com empresas fictícias com o objectivo de abater estes resultados em sede de IRC. Quanto ao IVA, uma eventual fraude poderá ter acontecido através de algumas empresas do grupo.

Porém, fonte do DCIAP recusou confirmar esta suspeita.

O processo da "Operação Furacão" começou em 2004, na comarca de Barcelos, na sequência de uma inspecção dos técnicos da Inspecção de Finanças de Braga. Foi então detectado um esquema de simulação de facturação entre várias empresas de Braga e outras sedeadas no Reino Unido.

Com o desenrolar da investigação, o MP de Barcelos

apercebeu-se que tinha em mãos um esquema a nível nacional. Daí o processo ter sido remetido para o DCIAP, liderado pela procuradora Cândida Almeida (na foto).

Em 2005, os investigadores fizeram as primeiras buscas aos bancos BPN, Millennium bcp, BES e Finibanco. A partir da informação recolhida nas quatro entidades bancárias, foi então possível apanhar o rasto das empresas que utilizavam o esquema fraudulento. ■



JOSE SAN JOAQUIM



PJ procura em 'offshores' 15 milhões ligados a Valentim

Investigação. Dois filhos do autarca e o vice-presidente da Câmara de Gondomar estão sob suspeita

São vários os movimentos financeiros em *offshore* que estão na origem de mais uma investigação que envolve pessoas ligadas a Valentim Loureiro. Só numa transacção foram movimentados oito milhões de euros de uma conta de uma sociedade *offshore*. Destes, um milhão foi parar a uma conta de uma empresa de Valentim e 400 mil euros a uma sociedade cujos administradores são os filhos Jorge e Nuno Loureiro. Ontem, além das casas e escritórios

de Valentim e dos filhos, também houve buscas no escritório do antigo advogado de José Luís Oliveira e na casa do vice-presidente de Gondomar. O processo é do DIAP do Porto, que quer esclarecer a origem do montante em causa. Há suspeitas de fraude fiscal, lavagem de dinheiro e corrupção. Também a empresa do computador *Magalhães* está sob suspeita de fraude fiscal.

ACTUAL, pág. 5